



**INSTITUTO  
LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E  
POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E  
SOCIOLOGIA -  
SOCIEDADE, ESTADO E  
POLÍTICA NA AMÉRICA  
LATINA**

**RETRATOS DA POBREZA:  
LIGAÇÕES ENTRE O TRABALHO REPRODUTIVO E A POBREZA NO BRASIL  
ATUAL**

**MARIA CLARA THOMÉ**

Foz do Iguaçu

2024

**RETRATOS DA POBREZA:**

**LIGAÇÕES ENTRE O TRABALHO REPRODUTIVO E A POBREZA NO BRASIL  
ATUAL**

**MARIA CLARA THOMÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

Orientador: Profa. Dra. Élen Cristiane Schneider

Foz do Iguaçu

2024

**MARIA CLARA THOMÉ**

**RETRATOS DA POBREZA:**

LIGAÇÕES ENTRE O TRABALHO REPRODUTIVO E A POBREZA NO BRASIL  
ATUAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dra. Élen Cristiane Schneider  
UNILA

---

Prof. Dra. Victoria Inés Darling  
UNILA

---

Prof. Dra. Maíra Machado Bichir  
UNILA

Foz do Iguaçu, 19 de abril de 2024.

Dedico este trabalho àquela que me apresentou o mundo, na qualidade de mulher: minha mãe, Maria Beatriz, cuja graça e resiliência me contagiam e inspiram a navegar esta vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer, sobretudo, à minha mãe, quem tanto me incentivou ao longo da minha graduação e jornada acadêmica, e quem inspirou a adoção deste tema de pesquisa. Minha mãe absorveu tantos papéis dentro da esfera reprodutiva para que eu pudesse gozar do tempo e da liberdade de dedicar-me ao meu desenvolvimento pessoal, educacional e profissional. Sei que no fundo, e na superfície, ela o faz para que eu não corra o risco de passar pelo o que tantas outras passaram e passam diariamente. Mãe, obrigada por me proteger, por me cuidar, por me amar incondicionalmente. Obrigada por me erguer tantas vezes que me falharam as pernas; por enxugar meus prantos com seus carinhos e seus abraços. Espero que possa honrar a sua memória através deste trabalho e que possamos vencer esses fantasmas geracionais juntas.

Quero agradecer, de modo geral, àquelas que vieram antes de mim e que tornaram possível a produção deste trabalho. Mais especificamente, agradeço às minhas avós, Maria e Ilza, que, enquanto mulheres trabalhadoras domésticas, tanto me inspiraram a realizar esta pesquisa.

Quero agradecer, ainda, à minha família: mais uma vez, minha mãe, meu irmão, minha cunhada e meu pai. Obrigada por todo apoio, por toda credibilidade que a mim dedicaram. Muitas vezes, acredito não ser digna dessa admiração, mas acho que isso também é reflexo das estruturas da qual versa este trabalho. Obrigada por acreditarem em mim, mesmo eu não acreditando. Obrigada por me incentivarem, por me aceitarem e verem o melhor em mim.

Quero agradecer, também, à família que eu escolhi para mim: meus amigxs. Obrigada pelo caminhar conjunto. Obrigada por me mostrarem uma outra versão do amor na qual posso florescer em plenitude. Vocês me mostram diariamente a beleza do amor para além do romance: um lugar onde se pode gozar de afeto, respeito, carinho, honestidade e liberdade. Obrigada por me ajudarem a construir um espaço seguro para desfrutar da paz de ser quem se é. Obrigada às minhas companheiras nesta vida, com as quais tanto discuti a respeito deste trabalho, discussões das quais surgiu tanta inspiração para os escritos aqui contidos. Um agradecimento especial à Isadora, à Maru, à Jana, à Vitória, à Fer, à Melody, à Dani, à Thai, ao Claudio, à Rai e à Berté, com os quais dividi tanto durante este ciclo da minha vida.

Agradeço, ainda, à minha orientadora, Élen, por toda a compreensão e auxílio durante a escrita deste trabalho. Todas as vezes que me sentia perdida, as suas palavras sempre tiveram o poder de me tranquilizar. Obrigada por me incentivar a acreditar no meu potencial como pesquisadora. Obrigada por todo afeto pelo qual sempre conduziu sua orientação. Espero que a ele tenha feito jus.

*“[...] Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania de ter fé  
na vida [...]”*

**(Milton Nascimento)**

*“Pra quem não sabia contar gotas  
Cê aprendeu a nadar  
[...] Descascou o medo pra caber  
coragem [...]”*

**(Liniker)**

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo desvelar a invisibilização do trabalho reprodutivo e seus desdobramentos na perpetuação da pobreza entre as mulheres no Brasil atual. O protocolo metodológico utilizado foi o de triangulação de técnicas quantitativas e qualitativas, a partir do levantamento de dados secundários, bem como a elaboração de uma entrevista etnográfica aprofundada. Os resultados obtidos destacam que a pobreza entre as mulheres está intimamente ligada às tensões criadas historicamente, as quais articulam relações de gênero, raça e classe. Tais tensões dão luz a hierarquias de trabalho, com base em sua gendrificação e racialização, que serão responsáveis pela atribuição dos setores ocupacionais mais precários às mulheres, especificamente às mulheres racializadas. Isso se dá tanto pela desvalorização da esfera reprodutiva e dos trabalhos associados à reprodução social — dos quais as mulheres são responsabilizadas —, quanto pelo legado escravista que manteve, intergeracionalmente, mulheres negras nessas ocupações. Sendo assim, destacou-se a centralidade do trabalho reprodutivo no processo de reprodução da pobreza entre as mulheres, uma vez que ele é responsável por reconfigurar o ciclo de vida das mulheres, de forma que todo seu tempo e disponibilidade passem pelo crivo da domesticidade, o que as priva de oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Para tanto, foram utilizados os aportes criados desde a Teoria da Reprodução Social, além da utilização da decolonialidade e interseccionalidade enquanto ferramentas epistêmicas que permitam uma análise acurada da realidade social desde a América Latina.

**Palavras-chave:** trabalho reprodutivo; reprodução social; pobreza; divisão sexual do trabalho; divisão racial do trabalho.



## RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo revelar la invisibilización del trabajo reproductivo y sus repercusiones en la perpetuación de la pobreza entre las mujeres en el Brasil actual. La metodología utilizada fue el de triangulación de técnicas cuantitativas y cualitativas, a partir del levantamiento de datos secundarios, así como la elaboración de una entrevista etnográfica en profundidad. Los resultados obtenidos destacan que la pobreza entre las mujeres está estrechamente vinculada a las tensiones históricamente creadas que articulan relaciones de género, raza y clase. Esas tensiones dan lugar a jerarquías laborales basadas en su engenerización y racialización, las cuales son responsables de la asignación de ocupaciones más precarias y menos prestigiosas a las mujeres, específicamente a las mujeres afro-diaspóricas. Esto se debe tanto a la desvalorización de la esfera reproductiva y de los trabajos asociados a la reproducción social — de los cuales las mujeres son responsabilizadas — bien como al legado esclavista que mantuvo intergeneracionalmente a mujeres negras en estos trabajos. Por lo tanto, se destacó la centralidad del trabajo reproductivo en el proceso de reproducción de la pobreza entre las mujeres una vez que es responsable de reconfigurar el ciclo de vida de las mujeres. Así, todo su tiempo y disponibilidad pasan por el tamiz de la domesticidad, privando a las mujeres de oportunidades de desarrollo personal y profesional. Para ello se utilizaron los aportes creados desde la Teoría de la Reproducción Social, además de la utilización de la decolonialidad y la interseccionalidad como herramientas epistémicas que permitan un análisis preciso de la realidad social desde América Latina.

**Palabras clave:** trabajo reproductivo; reproducción social; pobreza; división sexual del trabajo; división racial del trabajo.

## ABSTRACT

This study aimed to unveil the invisibility of reproductive work and its implications for perpetuating poverty among women in present-day Brazil. The methodological protocol used was triangulation of quantitative and qualitative techniques, based on secondary data collection, as well as the development of an in-depth ethnographic interview. The results highlight that poverty among women is closely linked to historically created tensions, which articulate gender, race, and class relations. These tensions give rise to labor hierarchies, based on gender and race, which are responsible for assigning the most precarious occupational sectors to women, specifically to racialized women. This is due both to the devaluation of the reproductive sphere and of the work associated with social reproduction—for which women are held responsible—, as well as to the legacy of slavery that kept black women in these occupations intergenerationally. Therefore, the centrality of reproductive work in the process of reproducing poverty among women was highlighted, as it is responsible for reshaping women's life cycles, so that all their time and availability pass through the filter of domesticity, depriving them of opportunities for personal and professional development. For this purpose, the contributions created from the Theory of Social Reproduction were used, in addition to the utilization of decoloniality and intersectionality as epistemic tools that allow for an accurate analysis of social reality from Latin America.

**Key words:** reproductive labor; social reproduction; poverty; sexual division of labor; racial division of labor.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FMI	Fundo Monetário Internacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Análise de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA	Fundo de Populações das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 ENTRELACANDO CONCEITOS:REPRODUÇÃO SOCIAL, DIVISÕES DE TRABALHO E JORNADAS DE TRABALHO.....</b>	<b>22</b>
2.1 DA TEORIZAÇÃO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	23
2.1.1 O que veio primeiro? O patriarcado ou o capitalismo?.....	23
2.1.2 Capitalismo e patriarcado: uma relação simbiótica.....	29
2.1.3 Divisão sociosexual e racial do trabalho: um olhar sistêmico do trabalho doméstico e reprodutivo.....	33
2.2 MARGINALIZAÇÃO DO TRABALHO REPRODUTIVO E A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL.....	39
2.3 DAS MÚLTIPLAS JORNADAS DE TRABALHO.....	42
<b>3 RETRATOS DA POBREZA NO BRASIL: DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO COMO MECANISMOS DE EMPOBRECIMENTO.....</b>	<b>49</b>
3.1 OS MEIOS QUE DETERMINAM OS FINS: A PRODUÇÃO DE UMA POBREZA GENDRIFICADA E RACIALIZADA.....	50
3.2 REPRODUÇÃO SOCIAL COMO CONDICIONANTE DA REPRODUÇÃO DA POBREZA.....	53
3.3 EMPOBRECIMENTO EM CIFRAS: RENDA E DESEMPREGO.....	57
3.4 DIFICULDADE DE ACESSO À POLÍTICAS PÚBLICAS E SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA.....	61
3.5 MATERNIDADES PLURAIS: VULNERABILIZAÇÃO DAS MULHERES ENQUANTO PROTAGONISTAS DO PROCESSO REPRODUTIVO.....	63

<b>4 O PESO DA MEMÓRIA: RELATOS DE JORNADAS INVISÍVEIS.....</b>	<b>66</b>
4.1 METODOLOGIA.....	67
4.2 “EU NASCI PARA ISSO”: A DIMENSÃO SOCIOCULTURAL DO TRABALHO REPRODUTIVO.....	67
4.3 “CUIDAR DOS SOBRINHOS E DAR AULA. MINHA VIDA FOI ESSA”: AS MÚLTIPLAS JORNADAS DE TRABALHO.....	70
4.4 O NEXO ENTRE A POBREZA E O TRABALHO REPRODUTIVO.....	73
4.5 “... PORQUE TINHA MEUS AMIGOS...”: A FALTA DE ACESSO À POLÍTICAS PÚBLICAS E O FORJAR DE UMA COMUNIDADE.....	76
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>84</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo explorar o fenômeno da invisibilização do trabalho reprodutivo e seus desdobramentos, destacando seu papel na perpetuação da pobreza no país. Fundamentada na premissa de que o ciclo de produção de pobreza entre mulheres é alimentado pelas tensões resultantes da divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva, esta investigação buscará compreender as dimensões da reprodução social que estão intrinsecamente implicadas na produção de pobreza. Ao desvelar as intrincadas conexões entre trabalho, gênero e pobreza, este estudo visa não apenas lançar luz sobre a invisibilidade do trabalho doméstico, mas também contribuir para uma compreensão mais profunda das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade no Brasil contemporâneo.

A superação do feudalismo e a consolidação do capitalismo, a partir da ascensão do Estado moderno burguês, não se deu de maneira pacífica como se nos ensinou a pensar. Esse Estado erige de um processo de luta e resistência, que resultou na expropriação de terras comunais, as quais foram privatizadas a partir de cercamentos, retirando dos camponeses seus meios de subsistência, e assim, o poder da produção. A esse pilar do momento transicional do modo de produção feudal ao capitalismo na Europa, em meados do século XVI, Marx denomina acumulação primitiva do capital.

Enquanto isso, o sul global<sup>1</sup> era atravessado pelo processo de colonização, do território e dos corpos que ali residiam, o qual permitiu que um século mais tarde, em meados do século XVII, fosse inaugurado o processo de desenvolvimento industrial no continente europeu, uma vez que eram das colônias que provinham os bens primários necessários para sustentar a força de trabalho na metrópole. A colonização só foi possível, contudo, através da colonização e expropriação dos corpos originários, especificamente de corpos

---

<sup>1</sup> O termo "Sul global", originado à luz dos aportes da Teoria da Dependência, refere-se às áreas periféricas e semiperiféricas no contexto do sistema mundo contemporâneo, as quais eram anteriormente conhecidas como Terceiro Mundo. O termo centraliza o debate sobre a assimetria das relações entre os países do sistema internacional, nutrida historicamente pelo processo de colonização e imperialismo. Alguns autores que trabalham à luz desse conceito são: Anibal Quijano, Boaventura de Sousa Santos, entre outros.

feminizados. Segundo Lugones (2008), a inferiorização de corpos feminizados e a imposição de uma divisão sexual no seio dos povos originários foi crucial para o enfraquecimento institucional dessas comunidades, por meio do ataque às suas cosmovisões, que eram em sua maioria “ginecráticas<sup>2</sup>” e comunitárias. O mesmo será defendido por Oyewùmí (2021), quando, ao estudar a oralitura<sup>3</sup> iorubá, preconiza que a categoria “mulher” é uma invenção colonial.

Portanto, o processo de acumulação primitiva perpassa, ainda, a expropriação das mulheres de seus corpos, práticas e saberes reprodutivos, sendo-lhes retirado o poder da decisão da reprodução, não só ao não poderem decidir sobre quando ter, ou não, um filho, mas também na decisão referente a como se dará a luz, ou ainda, como será feita a manutenção dessa vida. Isso porque, segundo Federici (2017), as alterações nas tradições reprodutivas e o aumento populacional não são desencadeados naturalmente. Eles decorrem de uma política de controle da natalidade. Isto é, nos momentos de escassez de força de trabalho estimula-se a reprodução e desincentiva-se a contracepção. Em momentos de hiperinflação da força de trabalho estimula-se a contracepção. Essa é uma das grandes contribuições de autoras como Silvia Federici, a qual destaca, em sua crítica a Marx, a transformação da procriação em “terreno de exploração e, pela mesma razão, um terreno de resistência” (Federici, 2017, p. 179). Tal assertiva é elucidada no excerto abaixo:

Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (Federici, 2017, p. 178).

O mesmo será defendido por Oyewùmí (2021), desde uma perspectiva decolonial, quando a autora oferece uma crítica ao ímpeto das Nações Unidas e dos países ocidentais de conter o crescimento populacional nos países do “Terceiro Mundo”, isto é, de conter a reprodução desses indivíduos, ao cooptarem

---

<sup>2</sup> O termo “ginecrática” remete à noção de ginecocracia, isto é: um modelo de governo onde as mulheres ocupam lugares de poder.

<sup>3</sup> A fim de definir o termo “oralitura” recupero a noção de Leda Maria Martins sobre referido conceito, no qual ela o utiliza para “designar as histórias e os saberes ancestrais passados não apenas através da literatura, mas também em manifestações performáticas culturais”. ABE, Stephanie Kim. Escrivência e oralitura: conversa com Conceição Evaristo e Leda Maria Martins. **Cenpec**, 2021. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/noticias/roda-de-conversa-conceicao-evaristo-leda-martins>>. Acesso em: 22/04/2024.

o discurso feminista ocidental da defesa do uso de métodos contraceptivos nos anos 70 (Oyêyùmí, 2021). A análise da autora evidencia como a expropriação do controle reprodutivo é distinto entre as mulheres, a depender de sua raça e classe.

A consolidação de uma nova tradição reprodutiva, na qual as mulheres foram condicionadas a um regime basicamente escravista, cuja única função seria a reprodução e manutenção da força de trabalho, foi resultado de uma série de mecanismos dedicados a adestrar e criminalizar mulheres que ousassem tomar as rédeas de sua concepção. A caça às bruxas, momento histórico de perseguição e execução em massa de mulheres, cujo ápice se deu nos séculos XVI e XVII, foi exemplo disso. Dito momento se firmou como derradeiro da profunda diminuição das taxas de natalidade e da oferta de força de trabalho.

Há, portanto, um ocultamento de uma parte fundamental da história da consolidação do Estado moderno capitalista. Sua ascensão e manutenção tem como um de seus alicerces principais o trabalho reprodutivo e doméstico, uma vez que incumbe-se às mulheres a tarefa de gerar, nutrir, física e emocionalmente, educar e preparar aqueles que formarão a força de trabalho no futuro. O patriarcado torna-se instrumento de domínio à luz do capital, atribuindo às mulheres a responsabilidade integral da reprodução da força de trabalho, sem que haja para tanto qualquer reconhecimento ou remuneração. Para discorrer sobre tal fenômeno, utilizarei como base a Teoria da Reprodução Social, proposta pela autora Thiti Bhattacharya, além das contribuições de autoras como Clarissa Cecília Ferreira Alves, Helena Hirata, Danièle Kergoat, Sueli Carneiro, Rita Segato, Oyèrónké Oyêwùmí, Maria Lugones e Silvia Federici.

O ingresso das mulheres nesse regime de produção, ao exercerem um papel cuja remuneração é inexistente, ao mesmo tempo que fundamental para a manutenção da sociedade, fez com que ocupassem um lugar marginal na lógica do capital (Federici, 2021). A não remuneração do trabalho doméstico invisibiliza o esforço e tempo despendidos pelas mulheres diariamente nos afazeres domésticos, além de ser um dispositivo de expropriação de valor. Mesmo com a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, ainda existe a expectativa de que sejam as responsáveis pelo trabalho doméstico, além dos demais



afazeres. Não coincidentemente, segundo dados do IBGE, no Brasil as mulheres têm um rendimento médio real aproximadamente 30% menor que os homens. Tal rendimento diminui ainda mais quando se pensa em um recorte gênero/raça, já que as mulheres negras têm um rendimento médio real menor que mulheres brancas, mulheres brancas têm um rendimento real 75,30% maior que mulheres negras<sup>4</sup>. Sendo assim, pode se afirmar que o trabalho reprodutivo é um mecanismo de empobrecimento das mulheres, além de um instrumento de coação à domesticidade, tanto física quanto espiritualmente, e à não ocupação do espaço público.

Segundo dados de 2023 do PNUD<sup>5</sup>, as mulheres são maioria entre os sujeitos que não estão em educação, emprego ou treinamento na América Latina, bem como globalmente. Isso ocorre porque a preexistência de uma outra jornada de trabalho, a doméstica, dificulta a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, visto que, tendo dependentes a seu encargo, não haverá tempo hábil suficiente disponível. Mesmo em meio à atualidade, e às mudanças de valores e expectativas de gênero, a divisão dos encargos domésticos não ocorre de maneira igualitária ou proporcional, dado que o mesmo relatório afirma que globalmente as mulheres dedicam cerca de 2,5 vezes mais horas do que homens ao trabalho de cuidado não remunerado<sup>6</sup>. Deste modo, o patriarcado se encarregou, exitosamente, de separar a sociedade em duas esferas, a pública e a privada. A pública é de livre acesso aos homens, já a privada foi outorgada às mulheres. A esfera pública é, ao mesmo tempo, a esfera produtiva da sociedade, enquanto que a privada é a reprodutiva, e portanto, a não produtiva. Houve, contudo, com os movimentos de liberalização econômica e globalização, algumas mudanças na divisão sexual do trabalho, as quais devem ser sublinhadas, visto que o presente trabalho pretende analisar relações de gênero desde a

---

<sup>4</sup> IBGE, 2023.

<sup>5</sup> United Nations Development Programme (UNDP) ; United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN WOMEN). **The paths to equal : Twin índices on women's empowerment and gender equality.** New York: 2023. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-07/the-paths-to-equal-twin-indices-on-womens-empowerment-and-gender-equality-en.pdf>>. Acesso em: 14/01/2024.

<sup>6</sup> United Nations Development Programme (UNDP) ; United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN WOMEN). **The paths to equal : Twin índices on women's empowerment and gender equality.** New York : 2023. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdp-document/pathsequal2023pdf.pdf>>. Acesso em: 14/01/2024.

contemporaneidade. Vale ressaltar, todavia, que tais mudanças não alteram substancialmente as clivagens produtivas de gênero responsáveis pela marginalização das mulheres na lógica do capital. Para tanto, serão utilizadas as contribuições teóricas de autoras como Helena Hirata e Danièle Kergoat.

Durante o período entendido como globalização<sup>7</sup>, é possível visualizar o aumento da perda do vínculo formal, de seu efeito coesivo social e demais benefícios que ofertavam a seus trabalhadores e trabalhadoras. A precarização do trabalho, por si só, implica no aumento desregulado da jornada de trabalho como garantia de um ingresso minimamente suficiente para suprir as necessidades básicas do lar, o que, no caso da trabalhadora, será ponderado, indiscutivelmente, pela sua disponibilidade para com aqueles que estão pendentes de seus cuidados. Isto é, as mulheres são inseridas no mercado de trabalho de maneira precária, em sua maioria em empregos de tempo parcial, ou ainda sem qualquer acesso aos benefícios trabalhistas. Segundo dados dos DIEESE, ao analisarem os arranjos familiares monoparentais chefiados por mulheres – os quais são os mais vulneráveis financeiramente – constatam que 53,3% das mulheres negras desse grupo não tem acesso aos direitos trabalhistas, enquanto que no caso das mulheres brancas esse número recua para 41%.

O trabalho será dividido em três partes. Na primeira parte abordarei questões teórico-conceituais, dedicando-me à conceitualização das principais categorias abordadas ao longo da monografia, tomando como referencial os debates referentes à divisão sexual e racial do trabalho, à reprodução social e às múltiplas jornadas de trabalho, desde os aportes teóricos propostas pela decolonialidade, interseccionalidade, bem como pela Teoria da Reprodução Social. Sobretudo, abordaremos a divisão sexual e racial do trabalho como um processo histórico e social que atribui diferentes responsabilidades e atividades a homens e mulheres, criando hierarquias de trabalho desiguais que implicam na incumbência da responsabilidade à mulher pela reprodução social, o que culmina

---

<sup>7</sup> A globalização pode ser caracterizada formalmente sob a consigna da reorganização da produção, e conseqüentemente do capitalismo, a partir da internacionalização das cadeias produtivas, isto é fragmentação das cadeias de valor – o que facilita a exploração - e a incorporação massiva das mulheres no mercado de trabalho em condições precarizadas. Sobre a categoria “globalização” vide: CARNEIRO, Flávio Lyrio. **Fragmentação internacional da produção e cadeias globais de valor**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015.

na sua exploração, tendo em vista o desvalor atribuído a essa atividade por parte da sociedade. Também será discutido o conceito de múltiplas jornadas de trabalho, que se refere ao trabalho realizado pelas mulheres dentro e fora de casa, e a intercorrência de movimentos conciliatórios que deem conta de combinar as atividades referentes ao trabalho reprodutivo, dentro do lar, e o trabalho assalariado, fora do lar.

Na segunda parte, buscarei analisar, com base nos referenciais teóricos apresentados na parte precedente, e a partir de dados secundários levantados no contexto geográfico, a implicação material do trabalho doméstico e da divisão sexual do trabalho, sob a perspectiva da reprodução da pobreza entre as mulheres. Investigaremos como a divisão sexual do trabalho e o trabalho reprodutivo, que é outorgado inteiramente às mulheres, contribuem para a reprodução da pobreza no Brasil. Para isso, analisaremos dados sobre a renda das mulheres, o acesso a políticas e serviços públicos, a participação das mulheres no mercado de trabalho e a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres. Sendo assim, apesar do levantamento de dados ter como referência o Brasil, a análise teórica se dá de forma mais ampla, não se limitando somente aos fenômenos ocorridos no país.

Na terceira parte, trago dados empíricos qualitativos coletados por meio de uma entrevista etnográfica com uma mulher que vivenciou na pele a pobreza, sendo mãe e trabalhadora assalariada, com o objetivo de compreender sua experiência com o trabalho reprodutivo, as múltiplas jornadas de trabalho e a reprodução da pobreza. A entrevista nos permitirá aprofundar a compreensão das implicações da divisão sexual do trabalho e do trabalho reprodutivo na vida das mulheres em situação de pobreza. Buscamos através de seu relato definir a pobreza, à luz de um referencial teórico, visando analisar, ainda, quais seus possíveis impactos na experiência de vida da mulher.

O protocolo metodológico deste trabalho utilizará do dispositivo da triangulação, combinando técnicas tanto do método quantitativo, ao utilizar de dados secundários obtidos em base de dados de plataformas como IBGE, PNUD, PNAD e DIEESE, quanto do método qualitativo. Os dados secundários terão como enfoque a região sudeste do Brasil, uma vez que é essa a mais populosa

do país. Enquanto isso, o levantamento de dados qualitativos será feito por meio da técnica etnográfica, instrumento da metodologia qualitativa biográfica, na qual será realizada uma entrevista aprofundada com a minha avó materna, Ilza de Oliveira, quem compartilhará suas vivências enquanto mãe de seis filhos, esposa e professora. A escolha dessa ferramenta metodológica emana da vontade de utilizar deste trabalho como motor catártico para os meus próprios processos enquanto mulher, filha, e neta de trabalhadoras domésticas não remuneradas. Além disso, visio, através desta escolha metodológica, incluir a afetividade como forma de entender vivências, dores, angústias, medos e afetos que, sendo resultado de uma realidade material, resultam em traumas geracionais, os quais moldaram minha subjetividade, e, a partir de processos internos — como forma de afastar-se da tão defendida neutralidade axiológica —, fazer ciência. Este trabalho, portanto, não é neutro. Ele é um resultado de tudo aquilo que sou, que me foi internalizado, à luz das vivências de minha mãe e de minha avó, enquanto mulheres latino-americanas, e de minha vontade de desvendar e desconstruir as idiosincrasias que me configuram e subjetivam.

O marco teórico parte de uma perspectiva materialista de gênero, além de recorrer à interseccionalidade e decolonialidade como forma de destrinchar a transversalidade de categorias de estudo. Parte-se, aqui, da premissa que uma análise enviesada a partir do estudo de classe não é suficiente para compreender e combater o caráter opressivo e exclusivo da sociedade capitalista patriarcal. Uma análise interseccional das categorias “gênero”, “classe” e “raça” é substancial para que haja a real compreensão de como o patriarcado atravessa o bem-estar das mulheres, e quais são as mulheres mais afetadas por essa estrutura. À luz disso, levantam-se as seguintes perguntas: Qual o nexos entre o trabalho reprodutivo e a reprodução da pobreza no Brasil atualmente? Quais as relações sociais que engendram a multidimensionalidade de tal pobreza? A premissa do presente trabalho é, pois, como a pobreza das mulheres no mundo está concatenada com os deveres da jornada reprodutiva? Visando entender, assim, as demais dimensões do trabalho de cuidado não remunerado, além da dimensão material. Isto é: quais outros aspectos da divisão sexual do trabalho, imposta pelo patriarcado, vulnerabilizam as mulheres, e afetam seu bem-estar? Em outras palavras: quais outras esferas da vida da mulher são comprometidas

pela ofensiva patriarcal? O recorte utilizado aqui será o referente às *mulheridades* construídas desde a cisgeneridade. Para isto, recorro à interdisciplinaridade, e demais ferramentas epistemológicas, tal como a interseccionalidade e decolonialidade, além de disciplinas como psicologia e antropologia.

No que tange ao recorte espacial no qual o debate está inserido, será necessário recorrer às epistemologias produzidas desde a América Latina, tendo em vista que os processos históricos aqui concebidos dão luz a sistemas que reproduzem a pobreza, exclusão social e outras formas de dominação, afetando diretamente no bem-estar de sua população e, de maneira não proporcional, às mulheres. Dito isso, reforço que cada país latino-americano possui suas respectivas especificidades no tocante à construção de suas estruturas sociais e manutenção do modo de produção. Ressalto, portanto, que este trabalho será conduzido sob o prisma do cenário brasileiro. Ao contextualizar temporalmente o debate evoco teorizações que conceituem o que foi a globalização, que ganha corpo a partir dos anos 1990, e seus efeitos até a atualidade.

## 2 ENTRELACANDO CONCEITOS: REPRODUÇÃO SOCIAL, DIVISÕES DE TRABALHO E JORNADAS DE TRABALHO

A observação das estruturas sociais de maneira crítica e aprofundada é crucial para desvendar quais desdobramentos determinados arranjos tiveram no seio social, e ainda, de quais maneiras as dinâmicas de poder e subalternização são reproduzidas e retroalimentadas. Para isto, neste capítulo pretendo tensionar conceitos os quais julgo imprescindíveis para a assimilação do gênero, para além de uma categoria de estudo, mas também como um sistema de opressão que designa papéis hierarquizantes, e que atravessa existências de maneiras díspares, segundo o contexto de raça e classe. Isto é, compreender o patriarcado como sendo um sistema de discursos, normas e símbolos que culminam na diferenciação e hierarquização dos membros da sociedade, galgando papéis sociais, os quais estão pautados por um “sistema sexo/gênero” responsável pela criação de normas de articulação dos pólos produtivo/improdutivo, público/privado da vida social (Franzoni, 2008).

Nesta seção serão, portanto, expostas ideias no sentido de elucidar de maneira teórico-conceitual noções-chave para o desenvolvimento das críticas propostas ao longo da porção introdutória do trabalho, bem como a compreensão das relações entre tais categorias de estudo e a realidade social a qual ela inflige. Sendo assim, o objetivo específico deste capítulo é detalhar os conceitos que estão no cerne dos estudos de gênero quando se fala em produção de pobreza, para que seja possível, ao longo do trabalho, compreender como essa pobreza aflige as mulheres, e quais suas dimensões, no Brasil.

A divisão deste capítulo se dará em três tópicos principais. O primeiro será dedicado à contextualização teórica da divisão sexual do trabalho, percorrendo a trajetória histórica da relação patriarcado/capitalismo, e a imposição de uma nova divisão sexual, sob o capital. Este tópico contará com um subtópico destinado à divisão racial do trabalho e às nuances presentes quando se interseccionam as categorias gênero e raça. O segundo tópico será atribuído à revisão do conceito de reprodução social, e seus aportes desde a Teoria da Reprodução Social.

Por fim, o terceiro tópico será designado a uma análise das múltiplas jornadas de trabalho que permeiam a realidade social feminina, a fim de destrinchar quais as esferas do trabalho reprodutivo afetam a qualidade de vida das mulheres e as vulnerabilizam socialmente.

## **2.1 Da teorização da divisão sexual do trabalho**

Este tópico emerge da urgência de se compreender os fenômenos que têm como derradeiro um processo de domesticidade das mulheres e subjugação do gênero feminino, e tudo a ele associado. Entender o arranjo da teia que cria e recria divisões e assimetrias entre homens e mulheres tem por escopo não só a projeção e esboço de novos horizontes mais justos e equitativos, mas também a compreensão dos determinantes responsáveis por nossa própria subjetivação, enquanto seres humanos, determinantes esses que organizam e estruturam nossa experiência de mundo.

Posto isso, o presente tópico será seccionado em três subtópicos. O primeiro será destinado a discorrer sobre a gênese do patriarcado e de seu encontro com o modo de produção capitalista. No segundo subtópico, trarei aportes teóricos a respeito da relação simbiótica entre ambas estruturas, capitalismo e patriarcado, diante da gendrificação do trabalho, e sua intercorrência na produção dos binômios produtivo/reprodutivo, público/privado. O terceiro subtópico será dedicado à teorização da divisão sociossexual e racial do trabalho, o qual visa mostrar as tensões entre as dinâmicas de desigualdades raciais e de gênero, além das de classe, as quais são responsáveis por tecer realidade no capital.

### **2.1.1 O que veio primeiro? O patriarcado ou o capitalismo?**

O antropólogo francês Claude Meillassoux preconiza a anterioridade do patriarcado em relação ao capitalismo. Ele explica, ao estudar os grupos autóctones, que a capacidade reprodutiva de um grupo depende, nesse cenário, de quantas mulheres estão inseridas no grupo. Por isso, a fim de analisar o meio

de produção estabelece dois conceitos, o de *ginecoestatismo* e o de *ginecomobilidade*. Meillassoux, assim, prega a análise das relações de filiação e parentesco, que é central na perpetuação de um grupo, uma vez que determina como será feita a reprodução de indivíduos e a que grupo pertence o filho gerado pela mulher fecundada. Nos grupos onde ocorreria o ginecoestatismo, os filhos pertencem ao grupo da mãe, e nos grupos de ginecomobilidade os filhos pertencem ao grupo do pai. Segundo o autor, nas sociedades ginecoestatistas protoagrícolas, matrilineais, quando nascem menos mulheres a solução que se encontrava para a incorporação de mulheres púberes no seio da comunidade é a do rapto de mulheres de outros grupos. Meillassoux associa esse fenômeno à origem da inferiorização das mulheres, em decorrência de sua capacidade reprodutiva, tornando-as, ao mesmo tempo, um alvo de caça e, ao mesmo tempo, cuidado, por conta do advento da conquista (Meillassoux, 2013). De forma similar, Claude Lévi-Strauss identifica no rapto de mulheres, ou sua comercialização, a origem de um processo de reificação das mulheres, e sua consequente desumanização. Contudo, Gerda Lerner, desde uma historiografia feminista, afirma que a hipótese de Strauss não responde questões-chave referentes às motivações pelas quais as mulheres eram alvo desse processo de reificação. Nas palavras de Lerner (2019, p. 77): “por que as mulheres eram comercializadas e não os homens?”

Lerner (2019) associou tal fenômeno às diferenças biológicas entre os indivíduos do sexo masculino e feminino. Para isso, ela fez um recorrido que remonta ao período de transição dos primatas aos homínídeos. O bipedismo, o qual provocou um estreitamento da pelve feminina e do canal vaginal, fez com que o desenvolvimento intrauterino ocorresse de forma menos extensa, em comparação aos primatas mais desenvolvidos, para que seja possível a passagem pelo canal vaginal. O bebê humano nasce sem pelos, o que faz com que haja mais necessidade de aquecimento externo, sem flexibilidade nas mãos, não podendo assim se apoiar por conta própria e, ainda, possui um desenvolvimento cerebral que se estende por anos durante o período da infância, o que será responsável pela capacidade de passar por um período de aprendizagem e moldagem, diferentemente de seus antepassados primatas. Tais características suscitaram o desenvolvimento de qualidades maternas de



cuidado, em meio à necessidade de sobrevivência, tanto da prole, quanto da horda.

Apenas os braços e o cuidado da mãe abrigavam o bebe do frio; apenas o leite materno podia fornecer a nutrição necessária para sua sobrevivência. A indiferença ou negligência da mãe significa morte certa. A mãe que dava a vida tinha, de fato, poder sobre a vida e a morte (Lerner, 2019, p. 70).

A autora sinaliza a necessidade de múltiplas gestações por cada mulher de um grupo para a sobrevivência do coletivo, uma vez que as condições de vida no Período Paleolítico e Neolítico eram extremas, gerando uma expectativa de vida estimada de 30 anos a 40 anos. Assim a necessidade de sobrevivência da horda dependia da dedicação das mulheres à gestação, amamentação e cuidado da prole, de forma que foram construídos sistemas culturais de crenças, tradições e preceitos que amparassem tal urgência.

Diante do estímulo à dedicação à maternidade, as mulheres passaram a se associar às atividades que as permitissem, fisicamente, cumprir com a maternagem de seus filhos. Exemplo disso é a associação masculina à caça, a qual se especula que foi preterida pelas mulheres em razão da sobrecarga física da gestação ou, ainda, da sustentação de um infante nos quadris ou nas costas. Lerner afirma, portanto, que essa foi a primeira divisão sexual do trabalho, a qual se deu com base nas diferenças reprodutivas entre os indivíduos, especialmente com base na capacidade de amamentar, e não puramente físicas, de força e resistência.

Retornando à pergunta levantada pela autora do porquê eram as mulheres as comercializadas e não os homens. Com base no que foi exposto anteriormente, a infância prolongada e sua vulnerabilidade, durante os estágios iniciais do desenvolvimento humano<sup>8</sup>, propiciam o fortalecimento dos laços entre mãe e filho. O vigor do laço materno faria com que, segundo Lerner, as mulheres raptadas ou comercializadas fossem mais propensas a desenvolverem uma lealdade e, assim, a se integrarem em outra tribo, uma vez mães de filhos desse grupo. Portanto, Lerner afirma, em consonância com Meillassoux, que o processo

---

<sup>8</sup> Lerner enfatiza que a consideração de uma explicação biológica aos entraves que desencadearam a primeira divisão sexual do trabalho, e a decorrente subordinação feminina, aplica-se unicamente aos primeiros estágios de desenvolvimento humano. Não reconhecendo, assim, doutrinas deterministas que defendem a naturalidade e universalidade da maternidade como força orientadora da divisão sexual do trabalho conformada à luz do sistema capitalista (Lerner, 2019, p. 71).

de reificação não se dá contra as mulheres *per se*, e sim contra sua capacidade reprodutiva.

Em contrapartida, Rita Segato, apesar de reconhecer a antecedência do patriarcado em relação ao regime de produção capitalista, o associa principalmente à colonização. Segundo ela, no período pré-colonização era possível identificar um patriarcado de baixa intensidade nos territórios originários, o qual é amplificado com a chegada do colonizador, subjuguando tudo que se relaciona ao feminino. O termo "*minorización*" utilizado pela autora engloba não só o tratamento pejorativo das mulheres, como também o seu confinamento ao espaço privado, e com elas tudo que lhes é relacionado, configurando uma nova divisão sexual no seio dessas comunidades (Segato, 2016).

Essas dimensões estão diretamente relacionadas à transição das sociedades para a modernidade, cuja imposição se deu através da colonização. A expansão da intervenção colonial-moderna no mundo autóctone tem um impacto massivo nas relações interpessoais e na reorganização das relações de gênero em sociedades que mantêm padrões comunitários e coletivistas de convivência. A história da estrutura patriarcal, portanto, permeia não só questões de gênero<sup>9</sup>, mas toda a construção e imposição de hierarquias sociais (Segato, 2016).

Segato ainda afirma que, no mundo pré-colonial, os gêneros ocupavam dois espaços distintos na vida social, sem abranger um ao outro. Isto é, havia uma estrutura dual e recíproca, a qual permitia a transmutação desses indivíduos, permitindo a ambos os gêneros uma plenitude ontológica, concebendo inclusive a existência de demais gêneros. Com a chegada do colonizador impõe-se uma estrutura binária universalizante, na qual os homens representam e compõem a esfera da sociedade que é de interesse geral, e às mulheres cabe o papel do "outro", e em tal papel jaz a obrigação de encarregar-se de tudo que é alheio ao universal (Segato, 2016).

---

<sup>9</sup> Contemplamos, para fins deste trabalho, a concepção de gênero segundo a perspectiva proposta por Joan Scott, a qual o compreendia em duas partes vinculadas: primeiramente, enquanto fator fundante de relações sociais pautadas nas distinções entre os sexos, "de modo a articular símbolos culturalmente disponíveis, conceitos normativos, esfera política e identidade subjetiva dos indivíduos"; em um outro plano, o gênero enquanto elemento capaz de atribuir "significância" às relações de poder, sendo, assim, um artifício substancial para a construção de poder. (Scott, 1986 *apud* Alves, 2021)

A ideia de um patriarcado originário não é exclusiva de Segato. Ao reivindicarem uma tradição epistêmica originária e comunitária, feministas comunitárias, como Lorena Cabnal e Adriana Guzmán, ou ainda Julieta Paredes, descrevem o fenômeno do patriarcado originário ancestral, o qual estruturava a opressão sobre as mulheres originárias, e que instituiu, à luz de uma “heterorrealidade cosmogônica”<sup>10</sup>, papéis, divisões, valores e costumes engenerizados no seio das comunidades originárias (Cabnal, 2020). A “penetração colonial”<sup>11</sup>, com o domínio dos corpos originários, e assim do território por estes ocupados, culminou na penetração do patriarcado originário pelo patriarcado ocidental colonial, produzindo assim um “entronque” desses patriarcados, os quais se reorganizam, transformando-se e potencializando a amplitude da perversidade do patriarcado ocidental, diante das demais estruturas de opressão trazidas pelo colonizador. Havia, portanto, a existência de condições prévias, no interior das comunidades indígenas, que favoreciam o entranhamento do patriarcado proveniente da metrópole, por mais que o patriarcado originário fosse de menor intensidade que o ocidental. A esse processo Lorena Cabnal (2020) denomina de entronque patriarcal.

Enquanto isso, em Oyěwùmí (2021), ao plantear uma episteme desde África, a mera referência à existência de gênero torna o debate etnocêntrico. A autora afirma, ao analisar a oralitura do discurso iorubá, que no caso desses povos as distinções não são feitas com base em diferenças morfológicas e sim etárias, indicando qual a participação do indivíduo na linhagem daquele povo.

Ao adentrar nos elementos culturais e cosmo percepções dos povos iorubás, Oyewumi aponta diferenças discursivas, as quais retratam um mundo não dicotomizado, onde a anatomia não define papéis sociais. Como o fator diferenciador da sociedade é a idade e a linhagem, as “fêmeas” e os “machos” têm papéis sociais que podem variar durante a sua vida ou ambiente social, uma

---

<sup>10</sup> Cabnal, 2020.

<sup>11</sup> “A penetração colonial nos coloca a penetração como a ação de introduzir um elemento em outro e o colonial como a invasão e subsequente dominação de um território alheio, começando pelo território do corpo. As palavras e os discursos são formas auditivas que tomam posição diante das hegemonias discursivas do poder. Podemos dizer que a penetração colonial pode evocar a penetração coital, como a imagem de violência sexual, da invasão colonial. Não estamos dizendo com isso que toda penetração coital ou penetração sexual em geral seja necessariamente violenta; não o é quando é desejada. No entanto, nenhuma mulher deseja a violação de seus corpos, e nenhum povo deseja a invasão colonial” (Paredes, 2011 *apud*. Cabnal, 2020, tradução própria).

vez que a posição que ocupa na linhagem varia ao longo da sua vida, o que denota uma fluidez discursiva. A fala, aqui, não pode ser caracterizada pelo sexo daquele que fala. A posição na qual se fala determina o modo de discurso e a escolha dos pronomes (Oyêwùmí, 2021).

Para além de tal diferenciação na linguagem, é perceptível como as representações de machos e fêmeas são alheias aos discursos de gênero do ocidente através da cosmologia e cosmovisão iorubá. A autora ressalta divindades que podem ser representadas tanto como macho quanto como fêmea, a exemplo do orixá Exú. Além disso, as representações de fêmeas do panteão iorubá não condizem com a noção que o ocidente tem de uma mulher, a exemplo do orixá Oyá/lansã. Para os iorubás o orí, a cabeça metafísica e a fonte do destino e da identidade individuais, não tem sexo (Oyêwùmí, 2021).

À luz disso, pode se afirmar que em alguns arranjos sociais o patriarcado de fato era anterior, mesmo que de forma embrionária (Segato, 2016). Entretanto, as diferenciações entre indivíduos com base na dicotomia homem/mulher são um produto da ofensiva colonial, que inaugura o processo transitório ao capitalismo, e que reorganiza as relações sociais e sexuais, tanto na colônia quanto na metrópole, com base em hierarquias relacionadas à produção de valor. Isto é explicado por Federici no seguinte trecho:

Com o desaparecimento da economia de subsistência que havia predominado na Europa pré-capitalista, a unidade entre produção e reprodução, típica de todas as sociedades baseadas na produção-para-o-uso, chegou ao fim conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas. No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. O trabalho reprodutivo continuou sendo pago — embora em valores inferiores — quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres” (Federici, 2017, p. 145).

A ascensão do capitalismo só logrou ser bem sucedida às custas da expropriação de corpos feminizados, desde Abya Yala<sup>12</sup>, desde África, desde às

---

<sup>12</sup> Entende-se por Abya Yala, nas palavras de Lorena Cabnal (2020, tradução própria), “a palavra no idioma do povo Kuna do Panamá que nomeia a territorialidade do continente Americano, a qual tem sido adotada pelos diferentes povos articulados no movimento de nacionalidades e povos indígenas”.

terras comunais europeias. Assim, a privatização do território pressupõe a privatização dos seus corpos, e para as mulheres isso implica no seu confinamento ao ambiente doméstico e privado, ou seja, na sua domesticidade, seja de forma não remunerada, como ocorre com as mulheres da branquitude, seja de forma remunerada, como ocorre com as mulheres originárias e afro-diaspóricas. O patriarcado e o capitalismo, portanto, funcionam de maneira simbiótica. Isto é, um retroalimenta o outro. Nesse trajeto, eles se entrelaçam com outros sistemas e/ou estruturas de poder, tal qual o racismo, do qual também serão nutridos.

### 2.1.2 Capitalismo e patriarcado: uma relação simbiótica

A privatização corpo-territorial que inaugurou o regime capitalista rearticulou as dinâmicas sociais presentes naquele contexto, de maneira a maximizar as clivagens entre homens e mulheres. A acumulação primitiva foi, também, uma acumulação de diferenças e divisões hierarquizantes, de gênero e raça, no interior da sociedade (Federici, 2017).

Como mencionado anteriormente, o patriarcado antecede o capitalismo e o impulsiona. Portanto, ao falar de ambos sistemas, para além de suas especificidades, fala-se de sistemas que se sobrepõem e incidem um sobre o outro (Delphy, 2013 *apud*. Biroli, 2016). Essa aliança terá como produto a ênfase ao trabalho produtivo historicamente desempenhado pelos homens, nos espaços públicos da vida social — o que afeta de maneira mais visível a circulação de capital — e a supervalorização desse trabalho, em detrimento do trabalho incumbido às mulheres, no ambiente doméstico. O seguinte excerto de “A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado”, de Friedrich Engels, é um exemplo da subvalorização do trabalho doméstico, e seu reflexo na subjugação do gênero feminino:

[...] a emancipação da mulher e a sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala, da produção e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante (Engels, 1984, p. 182).

Sendo assim, a desvalorização do trabalho na esfera privada está altamente relacionada à produção de valor, desde a perspectiva do capital. Esse novo arranjo das relações sociais implica na subsunção dessa desvalorização por parte daquilo que é relacionado ao feminino. Desse modo, o acúmulo de clivagens de gênero conformam associações que afetam a construção das identidades dos indivíduos de uma sociedade. O antagonismo entre as categorias homem/mulher constrói imaginários, expectativas de gênero, papéis sociais, influenciando ainda na conformação de habilidades e gostos, preferências e orientações ocupacionais (Biroli, 2016).

A divisão do trabalho é, portanto, o nexos que articula as relações de poder entre os gêneros, sendo sua compreensão fundamental para a apreensão dos mecanismos de opressão que se impõem sobre as mulheres.

Há quem diga, como Barrett (1988), que, historicamente, a separação entre as esferas privada e pública estivesse atrelada à separação entre o ambiente doméstico e o ambiente laboral, em outras palavras, à separação entre a casa e o trabalho. A cisão do locus da produção trouxe à tona a necessidade de que alguém cuidasse dos dependentes, ou seja, dos filhos, dos anciãos, enfermos, etc., enquanto os homens fossem realizar o trabalho produtivo. Esse movimento foi legitimado pelos valores patriarcais que já existiam no tecido social, os quais foram transmutados pelo capitalismo (Barrett, 1988 *apud*. Biroli, 2016).

A articulação entre as esferas pública e privada, e as suas associações com o trabalho produtivo e improdutivo, respectivamente, impetrou no imaginário coletivo concepções a elas relacionadas as quais são difíceis de visualizar a olho nu, uma vez que foram confundidas com movimentos orgânicos dos indivíduos. Significa dizer que a atribuição do trabalho doméstico às mulheres, e sua responsabilização desigual frente aos homens, muitas vezes é percebido como algo natural, proveniente de um dito instinto materno. E, ainda, que esse trabalho é destituído de valor, portanto improdutivo. Mesmo atualmente, após a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, as mulheres são maioria entre os trabalhos associados às funções de cuidado, educativas, administrativas, as quais são subvalorizadas, tanto econômica quanto socialmente. A orientação

ocupacional é encarada como uma opção individual, quando na verdade trata-se da manifestação de internalizações feitas à luz dos ditames provenientes da divisão sexual do trabalho, os quais englobam discursos, símbolos, e expectativas sociais, e que serão igualmente absorvidas pelo mercado de trabalho no momento em que pleiteamos alguma ocupação. Nas palavras de Federici:

O fato é que o trabalho doméstico não assalariado deu a esse esforço socialmente imposto um aspecto natural (“feminilidade”) que nos afeta em todos os lugares para onde vamos e em tudo o que fazemos. Como trabalho doméstico e feminilidade se mesclaram, carregamos para qualquer emprego que ocupamos essa identidade e as “habilidades domésticas” adquiridas desde o nascimento. Isso significa que a estrada rumo ao salário quase sempre nos conduz a mais trabalho doméstico (Federici, 2021, p. 34).

A desvalorização dos trabalhos associados à esfera doméstica perpassa a autopercepção das mulheres, o processo de subjetivação de suas identidades, e sua relação com o mundo. Não coincidentemente, as mulheres são mais acometidas por transtornos psicopatológicos que homens (Diniz; Santos, 2018). Isso quando se pensa em apenas uma jornada de trabalho, isto é, na jornada formal. Entretanto, apesar de sua inserção no mercado formal de trabalho, as mulheres, na maioria das vezes, ainda têm outros encargos, os quais são frutos de uma divisão de tarefas domésticas totalmente assimétrica entre homens e mulheres, e que se somam, de forma imperceptível, a uma já existente jornada de trabalho. A partir da invisibilização desse trabalho, invisibiliza-se, simultaneamente, o indivíduo que o realiza, comprometendo a significação das relações de afeto dentro do lar, e contribuindo, igualmente, à construção de uma identidade “para-o-outro” (Diniz; Santos, 2018).

O condicionamento das mulheres em função do outro implica no empobrecimento de suas potencialidades. A falta de estímulo externo, decorrente da repetição diária das mesmas atividades, em um espaço limitado (o espaço doméstico), dificulta grandemente a ampliação e enriquecimento das capacidades e aptidões, no caso das mulheres limitadas ao ambiente doméstico. A mulher é, desde a infância, sujeita ao adestramento de seu corpo e psique de tal forma que, mesmo fora do terreno doméstico, sua jornada neste mundo sempre passa pelo jugo da domesticidade, o que a afeta nos mais diversos níveis. O sequestro das potencialidades femininas é, evidentemente, um construto sociocultural,

entretanto, ele é naturalizado pelo braço patriarcal, uma vez que, a fim de impetrar no seio social a crença da inferioridade feminina, recorre-se à premissa de que mulheres são inferiores intelectual e cognitivamente (Saffioti, 1987, p. 14). As mentiras contadas pelo patriarcado, nutridas pela naturalização de processos socioculturais, são internalizadas pelos indivíduos e moldam as maneiras pelas quais se dão as relações interpessoais, e, principalmente, as relações entre homens e mulheres.

Heleieth Saffioti (1987), em *O poder do macho*, conduz o debate no tocante às assimetrias que afloram em meio ao contexto cisheteropatriarcal sinalizando a posição do homem como único “sujeito desejante”. Fato esse que pode ser percebido, para além da esfera da sexualidade, como um dos vetores de ataque à própria existência enquanto mulher, ao se pensar no desejo como uma força propulsora de vida, um dos motivos pelos quais são as mulheres as mais acometidas por transtornos psiquiátricos<sup>13</sup>, conforme já citado. As mulheres, nessa trama, são submetidas ao desejo masculino, sendo assim coisificadas. O processo de coisificação da mulher como mero objeto do desejo masculino evidencia a existência de uma “falocracia”, a qual centraliza toda a atenção das relações entre gêneros na figura do falo. Segundo a autora, a genitalização da sexualidade masculina, por mais que atinja mais às mulheres, também afeta negativamente os homens. Ao limitarem sua sexualidade à sua genitália, os homens não só ignoram as demais áreas erógenas do corpo, como também limitam seu prazer a um “prazer solitário”, uma vez que ignoram completamente o desejo feminino. Posto isso, tal empobrecimento da sexualidade masculina, enraizado no poder que os outorga prerrogativas de forma assimétrica em comparação às mulheres, impede trocas que implicam na construção de reciprocidade dentro de relações afetivas. Segundo Saffioti (1987, p. 19), “é no dar e receber simultâneos que reside o prazer”. Para a autora:

A plenitude do prazer só pode ser alcançada quando nenhuma dimensão da personalidade do ser humano — homem ou mulher — é impedida de se desenvolver (Saffioti, 1987, p. 20)

A grosso modo, além de ser central para a compreensão da jornada sexual, esquadrihar a sexualidade, enquanto fenômeno social que implica na construção

---

<sup>13</sup> Diniz; Santos, 2018.



de mulheridades diferentes, é crucial para compreender como seu adestramento é um dos pilares do êxito do patriarcado em minar corpos, mentes e território. A sexualidade é um dos alicerces da produção da subjetividade do indivíduo enquanto sujeito no mundo. Uma vez desprovida da potência de seus quereres e desejos a mulher é mais suscetível à domesticação e assim à domesticidade, enquanto um terreno apartado da esfera pública. A consolidação do capitalismo, em parceria com o patriarcado, é fruto de um processo de expropriação dos corpos feminizados e racializados, juntamente de seus prazeres, desejos e anseios, não só enquanto corpo físico, mas enquanto corpo-mente, corpo político e social.

Tal processo perpassa a imposição de cosmovisões, representações, símbolos e estereótipos concebidos socioculturalmente, que, uma vez naturalizados, resultam na criação de hierarquias de trabalho, nutridas pelas hierarquias incutidas nas relações sociais. Não se pode, entretanto, afirmar que as representações e símbolos são constituídas de maneiras equânimes. A construção da sexualidade, e suas repercussões no processo de subjetivação do sujeito, ocorre de modos distintos entre mulheres cis, trans, brancas, negras, amarelas e originárias, por exemplo.

Isto posto, haja visto a importância de reivindicar um rompimento com o olhar universalizante sobre o feminino, dedicarei-me no próximo subtópico ao intrincamento de conceitos que possibilitem uma análise sistêmica e interseccional dos fenômenos que desaguam em uma divisão sociossexual e racial do trabalho.

### 2.1.3 Divisão sociossexual e racial do trabalho: um olhar sistêmico do trabalho doméstico e reprodutivo:

*“Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?” (TRUTH, 1851)*

A ideologia do século XIX, com a ascensão da burguesia e classes médias,

trouxe à tona um ideal de feminilidade centrado na maternidade e no papel de dona de casa, apresentando-os como um modelo universal de construção de feminilidade (Davis, 2016). No entanto, mulheres afro-diaspóricas e originárias sempre estiveram envolvidas em trabalhos fora de casa, por conta da herança colonial e escravocrata, excluindo-as desse modelo universal. Quando Sojourner Truth, em Akron, Ohio, em uma Convenção pelos Direitos das Mulheres, no ano de 1851, brada "*Ain't I a woman?*" (Não sou eu uma mulher?), ela denuncia o tratamento desigual que as mulheres racializadas<sup>14</sup> recebiam frente às mulheres brancas, quando, frequentemente, se viam obrigadas a trabalhar fora de casa para contribuir com a renda familiar.

Angela Davis relata em "Mulheres, raça e classe" como a propaganda popular construiu um retrato da mulher em função de suas atribuições domésticas, infiltrando no imaginário coletivo que o "ser mulher" estava única e exclusivamente atrelado à domesticidade. As mulheres obrigadas a trabalhar em troca de remuneração, alheias a esse ideal de "mulheridade", eram submetidas à precariedade laboral, exploração e expropriação de valor de forma, inclusive, mais intensa que os trabalhadores homens (Davis, 2016, p. 219). Inclusive é nesse contexto que surge o salário familiar, como uma resposta à criação de legislações protetoras, cujo escopo era afastar mulheres e crianças das fábricas, a fim de mantê-las no lar garantindo a criação e reprodução da força de trabalho do futuro, além daqueles que não estavam mais no mercado de trabalho, tais como enfermos e idosos (Federici, 2021).

Contudo, não se pode falar em legislações que visem a proteção das mulheres racializadas. No cenário de leis segregacionistas, a exemplo das mulheres afro-estadunidenses, sob a égide das Leis de Jim Crow, não lhes restava outra alternativa a não ser recorrer à precariedade, uma vez que eram excluídas dos trabalhos bem remunerados, relegadas àqueles mal remunerados, com menor especialização, os quais remetem às funções exercidas no espaço doméstico, cujas dinâmicas empregatícias evocam claramente lógicas escravocratas, face ao legado da escravidão.

É imperativo reconhecer a indissociabilidade do racismo como eixo

---

<sup>14</sup> Utilizo o termo "racializada" para referir-me às pessoas que se auto-declaram como não brancas. Entretanto, tenho conhecimento de que o processo de racialização engloba também pessoas brancas, de forma que pessoas brancas também são pessoas racializadas.

articulador entre relações de gênero e classe, ao se pensar no horizonte da exploração capitalista. Para além da mera adição de interseções à análise, examinar esses aspectos sob uma ótica sistematizada possibilita uma articulação mais dinâmica e verossímil dessas variáveis. Para isso, Danièle Kergoat propõe a utilização do instrumento da “consustancialidade”, ao sugerir a análise das estruturas de opressão à luz das relações sociais<sup>15</sup> que as compõem, e não em razão de suas categorias. Segundo ela, a consustancialidade promove a formação de um “nó” que impossibilita avistar uma “relação social” de maneira independente de outras (Kergoat, 2002, p. 49 *apud*. Alves, 2021, p. 47). Assim, com o desenrolar das relações sociais no seio social, essas relações, incipientes às estruturas de opressão já cristalizadas, se “reproduzem e coproduzem de modo recíproco”<sup>16</sup>.

Entretanto, as mulheres negras sempre estiveram na vanguarda do debate referente ao imbricamento de sistemas de opressão, resistindo ao epistemicídio racista do feminismo branco. Sojourner Truth, por exemplo, reivindicava uma análise interseccional e sistematizada de gênero, classe e raça há mais de 150 anos. O diálogo com as encruzilhadas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado, capitalismo, xenofobia, lgbtfobia, e demais avenidas estabelecidas pelas desigualdades, marcam a tônica do debate interseccional, concebido pelos feminismos negros como ferramenta analítica de dores e injustiças que, para além de atravessarem corpos, sinalizam locais de existência e resistência. O instrumento da interseccionalidade devolve, portanto, a agência àquelas marcadas racialmente, para além dos diagnósticos produzidos desde a branquitude, permitindo a identificação das múltiplas “alegorias humanas de Outros”<sup>17</sup>, impostas pela matriz colonial. Dito isso, em consonância com Akotirene (2019, p. 23), ao citar Audre Lorde (1979), “as ferramentas do opressor não vão derrubar a casa grande”<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> Nas palavras de Kergoat: “[...] a relação social pode ser assimilada a uma ‘tensão’, que perpassa a sociedade; tensão esta que se cristaliza, paulatinamente, em desafios em torno dos quais, para produzir sociedade, para reproduzi-la ou inventar novos modos de pensar e agir, os seres humanos estão em confronto permanente. Esses são os desafios constituintes dos grupos sociais. Estes últimos não são dados de antemão, criam-se em torno desses desafios pela dinâmica das relações sociais. Finalmente, as relações sociais são múltiplas e nenhuma delas determina a totalidade do campo que estrutura. Juntas tecem a trama da sociedade e impulsionam sua dinâmica: elas são consustanciais.” (Kergoat, 2002, p. 49 *apud*. Alves, 2021, p. 47)

<sup>16</sup> Alves, 2021, p. 48.

<sup>17</sup> Akotirene, 2019, p. 23.

<sup>18</sup> Estou a par da crítica feita à interseccionalidade como ferramenta analítica feita por Angela Davis,

Ao voltarmos os olhos ao Brasil, por exemplo, as mulheres negras seguem sendo a maioria entre as trabalhadoras domésticas assalariadas, somando 67,3% (Pnad Continua 2022). Conforme demonstra a pesquisa *Retratos das desigualdades de gênero e raça*, realizada pelo IPEA, de acordo com os dados provenientes da Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD), em 2015 o Brasil contava com 5,7 milhões de mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas, dentre as quais 3,7 milhões são negras<sup>19</sup>, enquanto que 2 milhões são mulheres brancas. A pesquisa mostra que em 1995 o Brasil possuía cerca de 4,7 milhões de mulheres trabalhadoras domésticas, das quais 2,6 milhões eram negras e 2,1 milhões eram brancas. Sendo assim, em 20 anos, a presença das mulheres pretas e pardas no setor dos serviços domésticos aumentou em 1,1 milhão, enquanto que a presença das mulheres brancas diminuiu (Alves, 2021, p. 227).

Segundo o Boletim Especial 8 de Março, Dia da Mulher<sup>20</sup>, difundido em 2022 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as mulheres negras são maioria entre as chefes de famílias monoparentais<sup>21</sup> — arranjo familiar mais vulnerável socialmente, segundo o DIEESE —, dentre as quais aproximadamente 25% são trabalhadoras domésticas assalariadas, enquanto que dentre as mulheres não negras apenas 15% são empregadas domésticas. Segundo o mesmo boletim, das mulheres negras “mães solo”, 53% não têm acesso a direitos trabalhistas, isto é, mais da metade vivem em meio à instabilidade e insegurança laboral<sup>22</sup>. Isso indica uma mobilidade social ascendente entre as mulheres brancas, refletindo, ainda, uma maior vulnerabilidade social entre as mulheres pretas e pardas frente ao movimento de precarização dos vínculos empregatícios, e crescente informalidade, procedentes do processo de globalização.

---

entretanto optei por não me aprofundar em referido debate como forma de centralizar a discussão nas categorias analíticas que dialogam diretamente com o tema de pesquisa do presente trabalho. Referente à crítica de Davis ler: AKOTIRENE, Carla. A crítica de Angela Davis. *In*: AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019. p. 60-62.

<sup>19</sup> Para fins deste trabalho a população negra, em consonância com o IPEA, será compreendida por aqueles autodeclarados pretos e pardos.

<sup>20</sup> DIEESE, 2022.

<sup>21</sup> Sobre a predominância das mulheres negras entre os núcleos familiares monoparentais ler: NASCIMENTO, Beatriz. “**A mulher negra e o amor**”; *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. São Paulo: Bazar do tempo, 2019. p. 259 - 270.

<sup>22</sup> DIEESE, 2022.

A maior presença de mulheres negras entre os núcleos familiares monoparentais é explicado pelos aportes de Sueli Carneiro, quem denuncia o preterimento de mulheres negras em relação às brancas pelos seus pares ao ascenderem socialmente, sob a ótica da cisheterossexualidade, além de serem vitimizadas pela hiperssexualização violenta do homem branco. Segundo Carneiro (1995), a apropriação sexual das mulheres brancas pelos homens negros reforça o mito de uma ascensão social do homem negro, de uma forma individual, sinalizando um ímpeto velado em pertencer a um mundo restrito aos homens brancos. A ascensão social, todavia, desprendida da luta coletiva por igualdade racial, não outorga ao homem negro uma investidura de poder real em uma sociedade racista. A busca por status, por parte do homem negro, portanto, perpassa a utilização da mulher branca como um símbolo de ascensão e ostentação social, desvalorizando mulheres negras não apenas esteticamente, como nos mais diversos níveis (Carneiro, 1995).

Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), ao formularem as novas configurações da divisão sexual do trabalho<sup>23</sup>, desde a perspectiva francesa diante da ofensiva neo-liberal, apontam para um movimento de “bipolaridade” da presença feminina no mercado formal de trabalho, ocorrendo um aumento da clivagem de renda entre as mulheres, culminando na oposição dos interesses políticos de mulheres que desfrutam de uma condição econômica muito favorável que outras, as quais vivem em meio à precariedade e insegurança.

A grande virada de chave para muitas dessas mulheres que lograram acessar o mercado de trabalho de maneira integral e sólida foi o dispositivo da delegação, ou seja, a possibilidade de terceirizar o serviço doméstico a partir da contratação de força de trabalho, principalmente de mulheres, e no caso do Brasil, principalmente de mulheres racializadas. Em suma, mulheres que ascendem em suas carreiras tendem a recorrer à reserva de mulheres racializadas em situação precária (Hirata; Kergoat, 2007). Nos países centrais do sistema capitalista, recorre-se à reserva de mulheres provenientes das periferias do mundo para o suprimento das demandas da reprodução social, enquanto isso, no Sul global, o trabalho reprodutivo advém principalmente das mulheres autóctones negras e com baixa escolaridade, majoritariamente em situação de migração interna (Alves, 2021, p. 226). O trabalho, e suas relações produtivas,

---

<sup>23</sup> Hirata; Kergoat, 2007.

passam, portanto, por uma divisão tanto gendrificada como racializada. Tal como expresso por Flávia Biroli (2016):

Há, de fato, um tipo de exploração que se efetiva porque o trabalho doméstico é realizado pelas mulheres – mas isso não significa que seja realizado nas mesmas condições por mulheres brancas e negras, pelas mais ricas e pelas mais pobres. Ao mesmo tempo, o acesso ao mercado de trabalho também se dá de forma distinta, segundo raça e posição de classe das mulheres. Se levarmos em consideração esses dois fatos conjuntamente, a conexão entre divisão sexual do trabalho não remunerado e do trabalho remunerado organiza as vidas das mulheres, mas o faz de maneiras distintas e as afeta de forma e em graus desiguais. (Biroli, 2016, p. 732).

A grande mácula do movimento feminista no Brasil esteve no seu aprisionamento a uma visão eurocêntrica e universalizante de “mulheridade”, mostrando sua insuficiência teórica em compreender como as relações produtivas e de gênero passam necessariamente pelo crivo das relações raciais e suas hierarquias, as quais foram engendradas por processos históricos (Carneiro, 2003; Davis, 2016). O encobrimento dos dispositivos de racialidade, através da criação de um mito de democracia racial, na verdade trata-se de uma cortina de fumaça que oculta o “estupro colonial”, o qual funda e alicerça a criação de uma identidade nacional brasileira (Carneiro, 2023, p. 52). Isso contribui com o apagamento de uma memória ancestral e de toda uma trajetória de resistência vivenciada por mulheres que são atravessadas diariamente por outros tipos de opressão, além das opressões de gênero.

A defesa da inserção da mulher no mercado formal de trabalho como uma forma de emancipação através da libertação da violência patrimonial e dependência econômica dentro do lar, é mais um exemplo do distanciamento do discurso universalizante do feminismo branco em relação à realidade das mulheres racializadas, uma vez que sempre trabalharam fora do lar. O distanciamento da realidade vivida pelas mulheres originárias e da diáspora africana remete à tentativa de apagamento de um legado de resistência a outras estruturas de poder, para além da opressão patriarcal. Considerar as variáveis sexismo/racismo/classismo de forma isolada impede uma compreensão de forma sistêmica dos dispositivos de subalternização produzidos pelo capitalismo. Sendo assim, é fundamental abordar tais determinantes de forma indissociável, sistemática.

De igual forma, a crítica à maternidade como uma ferramenta de poder, juntamente com a defesa do direito ao aborto, são outros exemplos da negligência do feminismo ocidental à complexidade das experiências das mulheres negras em relação ao controle reprodutivo e à maternidade (Biroli, 2016, p. 733). A luta das mulheres negras também é pela vida de seus filhos<sup>24</sup>. É um embate contra as condições de pobreza e desfavoráveis à vida. É enfrentar os índices de mortalidade infantil, que protagonizam crianças negras (Carneiro, 2022). É enfrentar a criminalidade e violência, frequentemente advindas do próprio Estado, que ceifam brutalmente as vidas de jovens negros todos os dias no Brasil<sup>25</sup>.

## 2.2 Marginalização do trabalho reprodutivo e a Teoria Reprodução Social

Por trabalho reprodutivo, entende-se o conjunto de atividades e responsabilidades relacionados à manutenção da vida, envolvendo todas as tarefas necessárias para a reprodução intergeracional dos indivíduos, desde o âmbito físico ao emocional e espiritual (Brenner; Laslett, 1991, p. 314 *apud*. Bhattacharya, 2023, p. 24). O trabalho reprodutivo permeia a geração, reprodução e o cuidado da força de trabalho, não só no que tange à sua integridade física, emocional e mental, mas ainda ao servi-la sexualmente. Em outras palavras, o trabalho reprodutivo engloba todas as funções responsáveis pela geração de força de trabalho, o que o posiciona na base de todo o sistema capitalista, uma vez que é desse trabalho que erige a principal mercadoria desse sistema: a força de trabalho.

Sendo um trabalho intergeracional, o trabalho reprodutivo, incumbido às mulheres, demanda não só a geração e manutenção de trabalhadores e seus dependentes, como, no que diz respeito à prole, o adestramento dessa prole à luz dos valores do capital. Isto é a geração de assalariados obedientes (Fine; Saad-Filho, 2017 *apud*. Bhattacharya 2023, p. 26).

Contudo, a ausência de um salário posiciona o trabalho reprodutivo em

---

<sup>24</sup> Akotirene, 2019.

<sup>25</sup> A respeito da política racial de morte vide: MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

uma posição marginal nas dinâmicas do capital e suas relações produtivas. Nas palavras de Federici: “um salário não é apenas um valor em dinheiro, mas a expressão primária da relação de forças entre o capital e a classe trabalhadora” (Federici, 2021, p. 27). A ausência, portanto, de remuneração torna esse trabalho totalmente invisível diante do capital, mesmo sendo ele o grande sustentador do sistema capitalista. Isso faz com que haja um ocultamento da duração real da jornada de trabalho, além de fazer com que o trabalho doméstico seja percebido socialmente como um “destino biológico<sup>26</sup>” das mulheres. Entretanto, o que mais se reluta em enxergar é a mais-valia produzida por esse ofício, o que o converte em um mecanismo exploratório. Tal afirmativa pode ser constatada a partir do dado levantado por pesquisadores brasileiros, os quais indicam que o trabalho doméstico e reprodutivo representaria mais de 11% de aumento no Produto Interno Brasileiro caso tais atribuições fossem auferidas. (Melo *et. al.* , 2013 *apud.* Diniz; Santos, 2018)

Ao invisibilizar esse processo de exploração, invisibiliza-se, ainda, conforme mencionado anteriormente, o sujeito que por ele é acometido. Ou seja, ao ocultar o trabalho reprodutivo das relações produtivas capitalistas são ocultadas aquelas que efetuam esse trabalho, e que por ele são responsabilizadas. Configura-se, desta maneira, uma nova dimensão da exploração patriarcal-capitalista, a qual perpassa a construção da subjetividade das mulheres.

O assalto da sexualidade feminina é exemplo dessa outra dimensão, mencionada acima. Quando se pensa na sexualidade de maneira transversal, como um componente das nossas interações no mundo (seja consigo mesmo, seja com outrem) é possível visualizar claramente esse movimento repressivo dos processos de subjetivação nesses corpos. A sexualidade torna-se, nessa trama, mais uma das dimensões do trabalho doméstico, uma vez que as mulheres são instruídas e socializadas de maneira a “ser para o outro”, a ser em função do outro, de maneira a servir e agradar, alienando-se de seus quereres, objetivos, prazeres, e assim de si mesmas. Portanto, a sexualidade feminina foi completamente domesticada pelas relações produtivas, a fim de servir, não só à

---

<sup>26</sup> Federici, 2021.



força de trabalho, mas ao sistema de modo geral, sendo usurpada daquelas que a carregam. Dessa maneira, tal qual em Federici, não é possível se falar em “libertação da disciplina do processo de trabalho”<sup>27</sup> quando se fala em sexo, porque esse continua sendo trabalho para as mulheres. Isso mina toda a forma como é construída a sexualidade das mulheres, como essas se relacionam com seus próprios corpos, com outros corpos e com o mundo a sua volta. Nas palavras de Silvia Federici (2019, p. 57):

Na realidade, toda comunicação genuína tem um componente sexual, nosso corpo e nossas emoções são indivisíveis e nós nos comunicamos em todos os níveis o tempo todo. Mas o contato sexual com mulheres é proibido porque, na moral burguesa, tudo o que não é reprodutivo é obsceno, antinatural, pervertido. Isso significa a imposição de uma condição verdadeiramente esquizofrênica, pois aprendemos logo cedo na nossa vida a traçar uma linha entre as pessoas que podemos amar e as pessoas com quem apenas conversamos; aquelas para as quais podemos abrir nosso corpo e aquelas a quem podemos apenas abrir nossa “alma”; nossos amantes e nossos amigos. O resultado é que somos alma sem corpo para nossas amigas mulheres, e carne sem alma para nossos amantes homens. E essa divisão nos separa não apenas das outras mulheres como também de nós mesmas, em termos do que aceitamos ou não em nosso corpo e sentimentos, as partes “limpas” para serem exibidas e as partes “sujas”, “secretas”, que só podem ser mostradas (e assim se tornam limpas) no leito conjugal, no ponto da produção.

A Teoria da Reprodução Social surge como um giro na forma como se encara o trabalho doméstico, que foi posto em uma posição marginal dentro da lógica do capital, posicionando esse trabalho no centro dos estudos anticapitalistas. “A teoria da reprodução social mostra como a produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado” (Bhattacharya, 2019). Ela, portanto, reúne as searas produtiva e reprodutiva, que outrora foram separadas espacialmente, mostrando como essas estão intimamente enlaçadas.

A separação do local da produção e da reprodução social<sup>28</sup> tende a disfarçar o intrincamento entre essas esferas como um sistema coeso, tendo em vista que é no seio familiar que são reproduzidos, não só a força de trabalho, mas os valores capitalistas, e suas relações como um todo. O lar é território de reprodução de

---

<sup>27</sup> Federici, 2019.

<sup>28</sup> Entende-se por reprodução social “à totalidade das atividades necessárias para criar, manter e restaurar a força de trabalho mercantilizada” (Mohandesi; Teitelman, 2021) ou ainda “os mecanismos necessários para a reprodução dos trabalhadores tanto biologicamente quanto como assalariados obedientes” (Fine; Saad-filho *apud*. Bhattacharya, 2021).

hierarquias, idiossincrasias, normas e crenças, que contribuem com a manutenção da ordem patriarcal capitalista.

Pensar no sistema capitalista com base nesse esquema de articulação das esferas produtivas e reprodutivas auxilia na compreensão da opressão patriarcal como o alicerce desse sistema, uma vez que ele depende diretamente da exploração feminina para a sua existência e perpetuação. À luz disso, Bhattacharya alerta sobre a fragilidade e efemeridade dos direitos adquiridos no setor de gênero, já que “a base material da opressão às mulheres está amarrada ao sistema como um todo”, sendo assim, qualquer irrupção de emancipação, ameaçaria concomitantemente o sistema em si (Bhattacharya, 2019), o que demonstra como o lar é um terreno dotado de uma potência revolucionária visceral. Isto posto, a autora reafirma a incoerência dos argumentos que não reconheçam as questões das mulheres para além de questões encaradas a partir da domesticidade, pensando em consonância às questões produtivas. Os debates referentes às relações de gênero e às relações produtivas apresentam um vínculo codependente, e isso é um reflexo do elo simbiótico entre o capitalismo e patriarcado.

### **2.3 Das múltiplas jornadas de trabalho**

A inserção das mulheres no mercado de trabalho trouxe consigo uma série de desafios e reflexões sobre os papéis e responsabilidades que permeiam suas vidas. A responsabilização moral das mulheres pelos afazeres domésticos, enquanto se exige uma participação na renda familiar, dá a luz a adjacência de múltiplas jornadas de trabalho, que se cruzam e exigem da mulher uma conciliação. Tal realidade é escancarada quando observamos como isso se manifesta nos dados no Brasil.

Segundo a pesquisa Retrato das desigualdades de gênero e raça, realizada pelo IPEA, a jornada real de trabalho, isto é a totalidade de horas trabalhadas de forma remunerado e não remunerada, da população ocupada de 16 anos ou mais de idade em 2015 era, em média, no caso da população masculina de 46,1 horas semanais, enquanto que entre as mulheres mulheres era de 53,6 horas semanais. Em 2001, as mulheres trabalhavam no total em média 58,2 horas semanais,

enquanto que os homens trabalhavam 49,4 horas semanais. A mesma pesquisa indica que, em 2015, a proporção da população de 16 anos ou mais de idade que cuidava de afazeres domésticos, dentre a população masculina era 52,6%, enquanto entre a população feminina era de 89,9%, o valor não se alterava significativamente considerando a atividade ou inatividade no mercado de trabalho. Em suma, nos 15 anos dos quais se baseou a pesquisa, não se observaram grandes mudanças quanto à distribuição das tarefas domésticas entre homens e mulheres dentro do domicílio.

Pode se inferir, com base nas cifras acima, que a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada da diminuição das demandas domésticas não remuneradas. Apesar dos avanços tecnológicos (eletrodomésticos, luz elétrica, água encanada), o que, de fato, otimizaram e auxiliaram na realização de tarefas domésticas, facilitando a vida de mulheres que trabalham no lar, não pôde se afirmar, contudo, uma diminuição na jornada doméstica, uma vez que, além dos movimentos conciliatórios em relação à jornada formal de trabalho, ainda coexistem jornadas outras que não são passíveis de mecanização. O cuidado de dependentes segue não sendo passível de passar por um processo de mecanização. Não existe máquina que possa criar e nutrir espiritualmente uma criança a modo de prepará-la para a vida em sociedade, e ainda introduzi-la no mercado de trabalho, como é de interesse do capital (Federici, 2021; 2019). Ademais, apesar da diminuição das taxas de natalidade, tem aumentado a proporção de idosos, os quais, fora do mercado de trabalho, ficam na dependência do trabalho de cuidado o qual será provido pelas mulheres.

Os dados levantados pelo PNUD, divulgados no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, demonstram como durante o período de crises sanitárias as mulheres são as encarregadas do cuidado e atenção daqueles em situação de vulnerabilidade. Segundo o relatório, mulheres e garotas assumiram ainda mais responsabilidades domésticas e de prestação de cuidados diante da crise sanitária causada pelo vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19. A responsabilização de mulheres e meninas pela atenção aos afetados pelo vírus aumentou as desigualdades no acesso e qualidade da educação das crianças, e desencadeou um processo de evasão escolar, principalmente por conta da falta de

recursos digitais. Estima-se que a pandemia da COVID-19 pode ter forçado a saída da escola de aproximadamente 11 a 20 milhões de meninas em idade escolar secundária (PNUD 2023).

Dados de 2023 levantados pelo PNUD, em parceria com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), mostram que as mulheres estão sobrerrepresentadas entre os jovens que não estão em educação, emprego ou treinamento, e tendem a permanecer nessa categoria por mais tempo. Isso pode ser explicado pela necessidade de atender às responsabilidades familiares, realizar tarefas domésticas, juntamente com barreiras institucionais, incluindo discriminação no local de trabalho e falta de acesso a serviços de cuidado infantil, como a disponibilidade de creches (PNUD 2023). Segundo os mesmos dados, globalmente, as mulheres dedicam cerca de 2,5 vezes mais horas do que os homens ao trabalho não remunerado de cuidado e doméstico (PNUD 2023).

Essa falta de equidade se reflete também no período de licença parental, no qual as mulheres recebem um tempo maior de dispensa após o parto em comparação com os homens, mas que, longe de representar um momento de repouso, acaba por ser uma transição para uma jornada ainda mais intensa<sup>29</sup>. A licença maternidade no Brasil é regulamentada pela Constituição Federal e por legislações específicas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei nº 11.770/2008. O artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal assegura a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias. Enquanto isso, a licença paternidade possui duração de 5 dias, com início a partir do dia do nascimento do filho ou da data da adoção<sup>30</sup>. Contudo, atualmente tramita um projeto de lei (vide Projeto de Lei 1974/21), dos deputados Sâmia Bomfim (PSOL/SP) e Glauber Braga (PSOL-RJ), que institui a licença parental remunerada de 180 dias às mães, pais, e a todas as pessoas com vínculos socioafetivos com a

---

<sup>29</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 19 p. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 14/01/2024.

<sup>30</sup> Agência Nacional de Telecomunicações. **Licença Paternidade**. Disponível em: <<https://www.gov.br/anatel/pt-br/acesso-a-informacao/servidores/espaco-servidor/licenca-paternidade>>. Acesso em: 19/02/2024.

criança, a fim de atenuar desequilíbrios entre os cuidadores<sup>31</sup>.

Em consonância com Dúran (2000), o ciclo de vida de homens e mulheres diferem significativamente, ao se pensar no uso do tempo. Em geral, os homens conseguem se inserir no mercado de forma integral, vendendo seu tempo de maneira a adquirir um retorno suficiente para seu sustento, o que não ocorre no caso da maioria das mulheres, uma vez que essas ficam divididas entre o trabalho formal e o doméstico, culminando em uma inserção parcial no mercado de trabalho. Dúran se refere a essa lógica como uma espécie de contrato social tácito, assinado pelas mulheres, que as mantém ligadas às suas famílias ao longo de toda a vida, dedicando sua força de trabalho sem limites claros em termos de horas diárias, dias ou anos. Como mencionado anteriormente, a carga de trabalho não remunerado dificulta o seu acesso ao mercado formal de trabalho e, portanto, impossibilita a existência de uma autonomia financeira das mulheres frente aos seus companheiros, no caso de arranjos familiares heteroafetivos, o que não apenas as vulnerabiliza socialmente, pensando sob a ótica da mercantilização da vida no capitalismo, mas também reflete na construção de um ideal comum de feminilidade que circunscreve a experiência feminina na sociedade, influenciando suas interações com o mundo ao seu redor e consigo.

Dito isso, pode se afirmar que o domicílio e a família continuam sendo espaços de produção material e simbólica da vida cotidiana, nos quais as mulheres desempenham um papel central. Esse cenário impacta substancialmente a construção da subjetividade feminina, bem como em sua participação na esfera pública (Araújo; Scalón, 2005).

Além da jornada formal de trabalho, as mulheres encaram uma multiplicidade de papéis e demandas, que incluem, para além dos afazeres domésticos, outras jornadas, sobre as quais tratarei a seguir. Essa jornada interminável de trabalho não remunerado é mascarada por eufemismos, tais como os da preeminência de uma vocação biológica, escolha individual, instinto materno, ou ainda amor, resultando na

---

<sup>31</sup> Agência Câmara de Notícia. **Comissão aprova licença parental remunerada de 180 dias para mães e pais, inclusive adotivos.** Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/929590-COMISSAO-APROVA-LICENCA-PARENTAL-REMUNERADA-DE-180-DIAS-PARA-MAES-E-PAIS,-INCLUSIVE-ADOTIVOS#:~:text=O%20direito%20%C3%A9%20v%C3%A1lido%20a,5%20dias%20para%20o%20pai.>> Acesso em: 02/01/2024.

invalidação de querereres próprios, inibindo a construção de uma identidade não condicionada ao outro. Conforme afirmam Santos e Diniz (2018), a subjetivação feminina, principalmente quando atrelada ao ambiente doméstico, perpassa uma construção de uma identidade em função do outro, a modo de “ser para o outro”. O acesso dos homens ao trabalho pago é percebido como um imperativo de uma realização pessoal. Todavia, as mulheres enfrentam barreiras adicionais relacionadas às condições internas à família. Portanto, o fator trabalho como um dos pilares de realização pessoal, entre as mulheres, está diretamente condicionado à sua domesticidade, dificultando a construção de uma identidade e subjetividade para si, para além do ambiente doméstico.

Com base na existência de uma jornada psicoafetiva, recupero a contribuição de Clara Araújo e Celi Scalon, as quais alertam como as expectativas em torno das trocas emocionais e do apoio dentro da família são atribuídas e esperadas das mulheres de maneira desproporcional aos homens, criando tensões e sobrecargas emocionais e afetivas dentro das dinâmicas familiares. No âmbito das dinâmicas que permeiam a construção dos afetos dentro do núcleo familiar, em seu ensaio “Por que sexualidade é trabalho”, Federici (2019) preconiza a existência de uma expectativa da subserviência feminina inclusive no que tange à sua sexualidade, configurando, assim, uma jornada sexual do trabalho. Sua intercorrência implica na obrigatoriedade implícita de uma serventia sexual por parte das mulheres, não requerendo disposição ou desejo para tanto, ou ainda, que a prática sexual seja por elas desfrutada. Federici, ainda, enfatiza a centralidade da performance feminina nessa dinâmica sexual, cuja razão seria sua correlação com uma falsa sensação de poder, à luz de uma sexualidade complacente, “mesmo sabendo que ainda teremos que lavar os pratos depois”<sup>32</sup>.

No Brasil, até a edição do Código Civil de 2002, o corpus jurídico que regia as relações conjugais era o Código Civil de 1916, o qual confinava a mulher a uma posição de incapacidade relativa frente ao seu marido, que deveria ser o “chefe da família”. Até os anos 1970, a doutrina jurídica ainda debatia a possibilidade do marido ser sujeito ativo do crime de estupro contra sua esposa, uma vez que, naquele então, manter relações sexuais com seu esposo era considerado um dos

---

<sup>32</sup> Federici, 2019, p. 60.

deveres conjugais da mulher<sup>33</sup>.

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) sobre o a tolerância social à violência contra as mulheres, elaborado pelo IPEA (2014), trouxe um levantamento de opiniões e percepções da sociedade brasileira a respeito de questões referentes a sexismo e a violência contra as mulheres. Dentre as perguntas elaboradas na pesquisa de campo, na pergunta “a mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade”, dos entrevistados, 27,2% concordaram total ou parcialmente<sup>34</sup>.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), disponibilizou dados, difundidos no Mapa Nacional da Violência de Gênero, que mostram que, entre 2011 e 2022, o Brasil teve um registro de 350 mil agressões sexuais contra mulheres. Desses 350 mil registros, em 42,5 mil casos, isto é, em um a cada oito, o crime foi praticado contra cônjuge ou namorado. Dentre os registros de estupro marital, 66% das vítimas são mulheres negras.<sup>35</sup>

A intercorrência de distintos sistemas de opressão sobre corpos feminizados vulnerabiliza suas existências de maneiras desiguais. A separação das esferas produtivas e reprodutivas, e suas respectivas engenerizações diante da simbiose patriarcado/capitalismo, além de moldar subjetividades, é responsável por desvalorizar tudo aquilo que é relacionado à seara reprodutiva, vista como improdutiva, e portanto, à luz de tal gendrficação, tudo aquilo que é relacionado ao feminino, mesmo quando incutidas no mercado ocupacional.

A esfera reprodutiva é, entretanto, a força motriz do sistema capitalista, uma vez que é dela proveniente a força de trabalho responsável pela geração de valor. Contudo, por trás da reprodução e manutenção da força de trabalho existe o

<sup>33</sup> Estupro marital frente aos deveres conjugais. **Instituto brasileiro de Direito de família**, 23 de dez. de 2016. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/noticias/na-midia/12973/estupro+marital+frente+aos+deveres+conjugais>>. Acesso em: 20/02/2024.

<sup>34</sup> IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS): Tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília: IPEA, 2014.

<sup>35</sup> AMANCIO, Adriana. Cônjuges ou namorados são autores de um a cada oito estupros de mulheres no Brasil. **Gênero e número**, 28 de nov. de 2023. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/reportagens/estupro-marital/#:~:text=O%20estupro%20marital%20consiste%20em,persistir%2C%20est%C3%A1%20caracterizado%20o%20crime>>. Acesso em: 20/02/2024.

trabalho reprodutivo, realizado historicamente pelas mulheres, o qual é invisibilizado, passando por um processo expropriatório, uma vez que não é sujeito a remuneração, ou reconhecimento qualquer. Esse trabalho consolida jornadas que colidem com a jornada de trabalho formal e dificultam o ingresso e permanência das mulheres no mercado ocupacional. Entretanto, o peso da conciliação das múltiplas jornadas de trabalho não se dá de maneira análoga entre as mulheres. A mobilidade social ascendente da maioria das mulheres inseridas no mercado formal só é possível graças à delegação do trabalho doméstico a outras mulheres, que, como mencionado anteriormente, são majoritariamente negras, e que seguem tendo que cumprir com os afazeres domésticos de seu próprio lar.

Fica evidente, assim, o imbricamento de fatores que tensionam a realidade material das mulheres, os quais funcionam como verdadeiros mecanismos de pauperização da vida, afetando corpos feminizados, de maneiras assimétricas, nas mais amplas esferas. Isto é: nas esferas psíquica, física, econômica, política e sexual. O empobrecimento entre as mulheres, portanto, é um processo produzido e reproduzido histórica e socialmente.



### **3 RETRATOS DA POBREZA NO BRASIL: DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO COMO MECANISMO DE EMPOBRECIMENTO**

Conforme exposto no capítulo anterior, a construção da realidade material e de subjetividades enquanto mulheres passa diretamente pelo entrecruzamento de vetores responsáveis pela vulnerabilização nos mais diversos terrenos. Produto de processos históricos de expropriação dos seus corpos e do valor de seu trabalho, a vulnerabilização se coaduna nas encruzilhadas dos mais distintos sistemas de opressão (racismo, patriarcado, capitalismo, xenofobia, capacitismo, etc), cuja disposição dá forma e vigor a mecanismos intergeracionais de produção de pobreza, incidindo de forma mais onerosa sobre os setores mais vulneráveis das relações sociais.

Além de recuperar os aportes do último capítulo, onde me dediquei a elucidar quais os vetores responsáveis pela pauperização da vida entre as mulheres, à luz de contribuições teórico-conceituais, neste capítulo me voltarei a compreender como tais vetores incidem na construção da realidade material das mulheres, no sentido de visualizá-los como verdadeiros instrumentos de reprodução de pobreza, e, ainda, visualizar quais são os sujeitos que estão no centro dessa pauperização da vida no Brasil hoje, a partir do levantamento de dados secundários.

A fim de esmiuçar, de forma sistematizada, a pobreza enquanto um fenômeno gendricado e racializado entramei a discussão a partir de sua divisão em cinco subtópicos. A segmentação se dá de tal forma a melhor visualizar as categorias condicionantes do processo de produção da pobreza. No primeiro segmento buscarei definir o fenômeno da pobreza através de um referencial teórico específico, além de tensionar os eventos que alimentaram tal processo nos últimos anos, desde a América Latina. No segundo subtópico, mergulharei no campo da reprodução social como fio condutor da reprodução da pobreza entre as mulheres. No terceiro setor, trago dados secundários que comparam rendimentos entre homens e mulheres, levando em consideração a presença de marcadores raciais. No quarto segmento direcionei o debate às questões referentes à sub-representação feminina nos espaços decisórios como fruto da penalização da maternidade, tendo em vista a

necessidade de conciliação com as demandas da reprodução social, o que culmina, dentre outras coisas, na dificuldade de acessar políticas públicas que atendam tais demandas. Por último, no quinto subtópico, analiso quais arranjos familiares são mais vulnerabilizados, bem como quais são os indivíduos que estão em seu cerne.

### **3.1 Os meios que determinam os fins: a produção de uma pobreza gendrificada e racializada**

A pobreza enquanto categoria analítica é estruturante para a delimitação, não só do presente capítulo, como do trabalho como um todo. Para tanto, faz-se necessária a descrição desse fenômeno, o qual me proponho a analisar, a partir de um viés teórico que orientará o debate. Dito isso, para fins deste trabalho, a pobreza pode ser compreendida, enquanto fenômeno multidimensional que suscita a privação de capacidades e de realizações. Amartya Sen define a pobreza como uma “privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido”<sup>36</sup> (Sen, 1999 *apud*. Crespo; Gurovitz, 2002, p.). A pobreza pode ser, ainda, considerada como a insatisfação de necessidades humanas básicas e universais, cuja existência pode ocasionar danos materiais à vida e à autonomia de um indivíduo, sendo amparada pela seara dos direitos e garantias fundamentais, para além do quesito renda e capacidades<sup>37</sup>. O Informe sobre Desenvolvimento Humano de 1997 da PNUD, por exemplo, ao propor o conceito de pobreza humana, une as três noções: renda, necessidades básicas atendidas e capacidades. Em suma, a pobreza é compreendida para além da escassez material e de renda, e profundamente relacionada à sua má distribuição. Tal enfoque relaciona o fenômeno da pobreza à ausência de voz, poder e autonomia dos sujeitos por ele acometidos, tendo por corolário sua submissão a situações de exploração e expropriação, além da privação ao acesso a uma infraestrutura básica, recursos físicos, humanos, sociais e ambientais, restringindo-os, ainda, o acesso a uma saúde de qualidade e segurança. Em síntese, sujeitos em situação de pobreza são mais vulneráveis a riscos, o que denota uma clara restrição do gozo de uma

---

<sup>36</sup> CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 5.

<sup>37</sup> FERREIRA, Ender Lucas. Como definir a Pobreza? A síntese da trajetória de um conceito. **Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás**. Anápolis, vol. 12, n. 02, pp. 268-284, Jul/Dez. 2016.

vida provida de bem-estar. Não obstante, opto por incluir os aportes teóricos de Sonia Alvarez Leguizamón, os quais serão sumarizados nos parágrafos seguintes, a fim de orientar a noção de pobreza pela qual atravessará a discussão.

Segundo Leguizamón (2005), a fim de compreender a pobreza na América Latina é preciso percebê-la como um fenômeno produzido por “forças históricas estruturais”<sup>38</sup>. A introdução dos países latinoamericanos na engrenagem capitalista se deu de uma maneira desvantajosa. Para além da colonização, mesmo diante dos processos de industrialização sob o modelo de substituição de importações, na metade do século XX, a dependência da tecnologia e manufatura produzidas pelos países mais industrializados fez com que os países da América Latina estivessem à margem do ideal de desenvolvimento pregado desde o centro global, uma vez que implicou no aumento exacerbado da dívida externa, já que a internalização dessa maquinaria só foi possível pelos empréstimos concedidos pelo FMI e Banco Mundial, culminando na crise da dívida externa. Isso incutiu à periferia do globo o título de subdesenvolvida, mesmo dando lugar a tamanha riqueza e diversidade cultural.

A introdução desfavorável da América Latina na lógica industrial se impõe brutalmente sobre formas de ser, existir, pensar e sentir no mundo, de modo a subjugar os sujeitos e comunidades que não possuem cosmovisões compatíveis a tais ideias de modernidade. Nessa lógica, segundo Leguizamón (2005, p. 26, tradução livre), “pobreza não era um estado, e sim um produto da lógica de acumulação capitalista”. Dessa forma, para entender esse sintoma comum às sociedades latinoamericanas, não é útil auferi-lo segundo meros índices, de forma estática. A geração de pobreza é um processo complexo e dialético, produto de frentes que se conflitavam historicamente.

As tensões travadas em meio à sociedade, responsáveis pelo engendramento da pobreza, são reorganizadas com a ascensão hegemônica da ideologia neoliberal diante do paradigma da não intervenção estatal e crescente flexibilização dos direitos trabalhistas conquistados pelos movimentos sindicalistas, os quais virão a perder força a partir da década de 1990. Nesse momento, o capitalismo passa por uma reformulação a nível mundial, cuja tônica se resume à precarização do trabalho,

---

<sup>38</sup> Leguizamón, 2005, p 18.

flexibilização das relações trabalhistas, ajustes fiscais, privatizações em massa, abertura de mercados e transnacionalização de capitais. Essas mudanças na organização do capital foram propulsionadas pelos programas de ajuste estrutural, os quais impunham condicionalidades aos empréstimos fornecidos pelo FMI e Banco Mundial a países que sofriam crises econômicas, e culminaram em novas formas de exploração e expropriação de valor. Acreditava-se, naquele então, que o ajuste estrutural reduziria os indicadores de pobreza, visto que melhoraria o crescimento econômico, e esse, por si só, seria suficiente para gerar uma melhora na vida da população. A partir dessa lógica, o crescimento econômico só poderia ser alcançado com políticas voltadas ao mercado, e assim com o desmonte de políticas de redistribuição, que de fato visem a inclusão e sejam sensíveis aos conflitos históricos que marcam a geração de pobreza de forma histórica.

A fim de tentar “exorcizar” o fantasma do subdesenvolvimento, foram elaboradas políticas compensatórias com o intuito de compensar a níveis mínimos básicos de subsistência os efeitos indesejados das reformas econômicas, as quais possuíam um caráter exclusivo (Leguizamón, 2005, p.21). Essas políticas não foram sensíveis às tensões estruturais históricas, as quais eram a causa da reprodução da pobreza a nível intergeracional. Sendo assim, em vez de atenuar e, de fato, erradicar a pobreza, essas políticas acabaram alimentando dinâmicas de hierarquia e desigualdade social.

As políticas assistencialistas aplicadas no Brasil hoje, que visam o apaziguamento das desigualdades de renda, respondem às hierarquias próprias da divisão sexual do trabalho, uma vez que reconhecem o protagonismo da mulher nos deveres da reprodução social. Como exemplo tem-se o Programa Bolsa Família, criado pela Lei 10.836/2004, produto da unificação do auxílio gás, bolsa alimentação e o bolsa escola, tendo como fim a atenção às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o qual atribui à mulher a responsabilidade do recebimento do auxílio. O mesmo ocorre no caso do Programa Minha Casa Minha Vida. A incumbência da mulher como titular responsável de benefícios sociais faz parte das prescrições estabelecidas pelos órgãos internacionais em meio à concessão de auxílios como forma de cooperação ao desenvolvimento, e também pode ser observada em programas sociais de transferência de renda em demais países

receptores.

As prescrições impostas pelos FMI e BM pelo fornecimento de ajuda e empréstimos resultou no desmonte massivo de políticas de bem-estar, no aumento de concentração de renda, na pauperização e na perda do vínculo formal, de seu efeito coesivo e dos benefícios que ofertavam a seus trabalhadores e trabalhadoras, efeitos esses que incidem de maneira dissonante sobre as mulheres quando em comparação aos homens.

A flexibilização das relações trabalhistas recai de maneira desproporcional às mulheres, tendo em vista que a perda do vínculo formal, bem como o aumento da jornada de trabalho, faz com que, respectivamente, haja a perda de benefícios que garantem uma segurança e bem-estar à trabalhadora e seus dependentes, e ainda, com que a conciliação com as demais jornadas de trabalho realizadas pelas mulheres se torne cada vez mais complexa. Em suma, uma trabalhadora, uma vez responsável pelos afazeres domésticos, não terá tempo hábil suficiente para ofertar ao mercado de trabalho, conforme discorrido anteriormente, e como bem elucidada Veronica Serafini (2008):

Las mujeres cumplen un rol fundamental en los procesos de liberalización. Su patrón de inserción laboral es funcional a la demanda de trabajo derivada de la liberalización, que exige flexibilidad laboral para reducir los costos y por ese medio incrementar la competitividad de sus productos. Ellas aceptan salarios más bajos y labores a destajo, a domicilio o puestos de fácil entrada y salida debido a la necesidad de combinar trabajo remunerado con familia. El doble (proveedora y cuidadora) o triple rol (sumando el de activista comunitaria) les impide optar por empleos con perspectivas de mejoramiento, con potencial para acceso a tecnología, a capacitación continua y a instancias de negociación laboral que les permitan proteger su empleo y su salario. (Serafini, 2008, p. 13).

Portanto, a pobreza, conforme ressaltamos ao longo do subtópico, é, para além do pré-estabelecimento de um parâmetro ou índice, um produto de conflitos históricos responsáveis pela privação do acesso a condições dignas, além da realização plena de capacidades, proteção a riscos. No Brasil, assim como nos demais países da América Latina, ela passa, desde a contemporaneidade, a ser reconfigurada a partir dos efeitos decorrentes do processo de globalização, o qual culmina no desmonte das estruturas coesivas da sociedade, a exemplo daquelas resultantes da vigência do vínculo formal, o qual passa a perder força. Tais entraves serão somados às opressões patriarcais e afetarão de maneira mais ostensiva as

mulheres.

### **3.2 Reprodução social como condicionante da produção de pobreza**

O aprisionamento das mulheres em ciclos de pobreza pode ser fundamentado ao analisarmos a cisão espacial entre a produção e a reprodução, e sua consequente configuração de espaços de produção de valor e espaços de produção da força de trabalho. Na realidade, esses espaços estão intrinsecamente conectados e deveriam ser considerados de uma forma unitária, assim como defende a Teoria da Reprodução Social. Segundo Bhattacharya (2023, p. 28), referida divisão espacial é uma forma de aparência criada pelo capitalismo, tendo em vista que “o tempo da reprodução deve necessariamente responder aos impulsos estruturantes do tempo da produção”. Dessa forma, a produção depende, necessariamente, da reprodução de força de trabalho. Sendo assim, dos espaços de produção e reprodução originam-se relações sociais que estão em constante tensão e diálogo. No caso da não análise de maneira integrada de tais esferas, desconsidera-se toda a exploração que é atravessada no ambiente doméstico, da qual se aproveita o capital no processo de criação de mais-valia. Nas palavras de Mohandesi e Teitelman (2023):

A separação ideológica entre produção no local de trabalho e reprodução social no lar obscureceu o fato de que a acumulação de capital era dependente da transformação de atividades socialmente reprodutivas em trabalho produtivo de mais valia. (Mohandesi e Teitelman, 2023, p. 80).

Os elementos necessários para a reprodução da força de trabalho não podem ser proporcionados pelo processo de produção capitalista, uma vez que não é possível mecanizar a educação, criação, cuidado, socialização de um indivíduo, quem virá a servir como força de trabalho — elemento central para a produção de valor e perpetuação do capitalismo. Todavia, mesmo em meio à centralidade da reprodução social para a subsistência do sistema como um todo, esse carece de reconhecimento e valorização.

As ideologias que atribuem papéis sociais distintos às mulheres e aos homens, de acordo com a dicotomia público/privado, lograram incumbir às mulheres as funções ligadas à domesticidade, com o pretexto de uma suposta predisposição

biológica, o que culminou na disseminação do ideal de feminilidade relacionado à fraqueza e incapacidade intelectual. Esse processo de naturalização de construtos socioculturais tem como derradeiro a atribuição de empregos mal remunerados às mulheres, de baixa qualificação. Além de ser uma das dimensões da subjugação feminina por parte do patriarcado, a má inserção das mulheres no mercado formal também é consequência do tempo roubado pela reprodução social, cujo roubo as impede de pleitear trabalhos em tempo integral, que na maioria das vezes são melhor remunerados.

As mulheres — algumas em maior medida que outras —, além de serem exploradas no âmbito laboral, também sofrem um processo expropriatório dentro do lar, uma vez que todo trabalho ali realizado não é remunerado, muito menos valorizado socialmente. Em uma conjuntura marcada pelo crescimento exponencial da mercantilização da vida e externalização da produção, a incapacidade de produzir mercadorias passíveis à troca distancia o trabalho reprodutivo do cerne das relações sociais que erige desde o capital, articuladas pela presença salarial (Delphy, 2015, p.110). A ausência de remuneração as posiciona às margens do capital, uma vez que, no capitalismo, o salário é o nexo que articula as tensões entre capital e trabalho (Federici, 2019, p. 27). Contudo, é do trabalho reprodutivo que floresce a mercadoria mais importante para o capital; a fonte criadora de valor: a força de trabalho. Arrisco, inclusive, afirmar que as mulheres passam pela extração de mais-valia duas vezes: além da expropriação de valor no trabalho formal, elas também experienciam o processo expropriatório no lar, ao realizarem o trabalho reprodutivo gratuitamente. A incidência dessas forças converge na pauperização da vida das mulheres.

Em decorrência da atribuição desigual de papéis no domínio privado, as mulheres despendem um tempo maior para a elaboração de afazeres domésticos, tempo esse que será subtraído de sua disponibilidade para com o mercado assalariado. Conforme dados do IPEA/PNAD de 2015, a proporção da população feminina de 16 anos ou mais de idade que cuida de afazeres domésticos é de 89,9%, enquanto que no caso da população masculina esse valor é de 52,6%<sup>39</sup>. Desse modo, a maior responsabilização das mulheres no âmbito doméstico retira a

---

<sup>39</sup> IPEA, 2015.

possibilidade de pleitear condições de vida, associadas à busca pelo estudo, qualificação e empregos integrais. Isso as impossibilita acessar uma autonomia frente aos seus cônjuges, em dinâmicas cisheteroafetivas, tornando-as mais suscetíveis à pauperização e, ainda, situações de violência.

Segundo pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e dados divulgados pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Brasil ocupa o quarto lugar no mundo em casamentos infantis. Entende-se por casamento infantil a união formal ou informal em que pelo menos uma das partes tenha menos de 18 anos, conforme a definição elaborada pela ONU (Portal Câmara de Deputados)<sup>40</sup>. Ao desagregar os dados com base em faixa etária, o Brasil ocupa também o quarto lugar, a nível mundial, em termos absolutos de mulheres que se casaram antes dos 15 anos, com 877 mil mulheres entre 20 e 24 anos, a quais afirmam terem se casado antes dessa idade, o que representa 11% desse grupo demográfico. Ademais, o país também figura como o quarto em números absolutos de meninas que se casaram antes dos 18 anos, com aproximadamente 3 milhões de mulheres entre 20 e 24 anos que afirmam terem se casado antes dessa idade, o que corresponde a 36% do total de mulheres casadas nessa faixa etária. De acordo com os dados do Censo de 2010, pouco mais de 88 mil meninas e meninos com idades entre 10 e 14 anos estão em uniões consensuais civis e/ou religiosas no Brasil. O casamento infantil é uma das maiores expressões da domesticidade como um dos propulsores da pauperização da vida entre as mulheres, uma vez que, através dele, meninas serão impossibilitadas de um desenvolvimento escolar e profissional sendo inseridas a um ciclo de pobreza e dependência econômica, de forma prematura, sem a perspectiva de uma mobilidade social ascendente.

Somado a isso, as mulheres são, ainda, despidas do poder de reagir frente a uma gravidez indesejada. No Brasil, a penalização do aborto é prevista pelos artigos 124 a 128 do Código Penal, vigente desde 1940. Uma vez desprovidas do controle reprodutivo de seus próprios corpos, são impossibilitadas de planejar estrategicamente o momento de vida o qual julgam estarem mais aptas para a

---

<sup>40</sup> Dados do Unicef apontam que o Brasil ocupa o 4º lugar em casamentos infantis no mundo. **Câmara de Deputados, 2022.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/853645-dados-do-unicef-apontam-que-o-brasil-ocupa-o-4o-lugar-em-casamentos-infantis-no-mundo/>>. Acesso em: 13/03/2024.



geração e criação de uma vida. A legalização do aborto, e sua disponibilização no Sistema Único de Saúde (SUS), permitiria às mulheres que recorrem a esse método — seja em idade púbere, seja em idade adulta — uma via segura pela qual poderiam se estruturar financeira, educacional e profissionalmente antes da vinda de uma criança, cuja criação dependeria inteiramente dos cuidados da mãe, tendo em vista a responsabilização desproporcional às mulheres pela reprodução social.

A depreciação e ocultamento do trabalho associados à reprodução social, fruto de sua separação da esfera produtiva, perpassa, portanto, por um processo expropriatório, o qual posiciona as mulheres em lugares de desvantagem em relação aos homens. Sua não remuneração, ou, no caso das trabalhadoras domésticas assalariadas, sua má remuneração, implica na ocupação de condições deficitárias de renda. Uma vez que a geração de pobreza reflete a construção histórica de hierarquias de gênero e raça que afligem mulheres de formas não análogas, é possível visualizar, por outro lado, um movimento de formações de clivagens quando se comparam as condições socioeconômicas de mulheres brancas e mulheres racializadas.

### **3.3 Empobrecimento em cifras: renda e desemprego**

Dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2018) afirmam que em 2018, no Brasil, a renda das mulheres foi 42,7% menor que a dos homens (10,073 para mulheres contra 17,566 para homens). A média de renda per capita do país é de 13,755. (Agência Brasil). Tal afirmativa, quando frente à análise de dados desagregados, denuncia como o empobrecimento recai de maneira desproporcional sobre as mulheres pretas ou pardas. Conforme os dados do IBGE de 2021, referentes à região sudeste do Brasil, as mulheres têm um rendimento médio real aproximadamente 30% menor que os homens. Contudo, mulheres brancas têm um rendimento real 75,30% maior que mulheres negras<sup>41</sup>.

A crise sanitária do COVID-19 só agravou a situação, visto que seus efeitos atravessaram os grupos sociais vulnerabilizados de maneira não equânime aos demais grupos, apresentando um aumento recorde da pobreza, atingindo 62,5

---

<sup>41</sup> IBGE, 2023.

milhões de pessoas, sendo esse o maior nível desde 2012<sup>42</sup>. Esse aumento incidiu de maneira mais agressiva sobre as mulheres, e sobretudo as mulheres negras. Considerando o rendimento médio per capita, os homens (R\$1.393) receberam 5,9% a mais que as mulheres (R\$1.315). Ao comparar com os valores de 2020, o recuo nesse rendimento foi em média de 6,9%, sendo maior para mulheres (7,5%) do que para homens (6,4%) (Agencia Noticias IBGE). Segundo os dados do IBGE de 2021, pretos e pardos (8,6%) perderam mais do que os brancos (6%)<sup>43</sup>. Esses valores nos indicam a existência de fatores raciais e sexuais no que tange à geração e reprodução da pobreza.

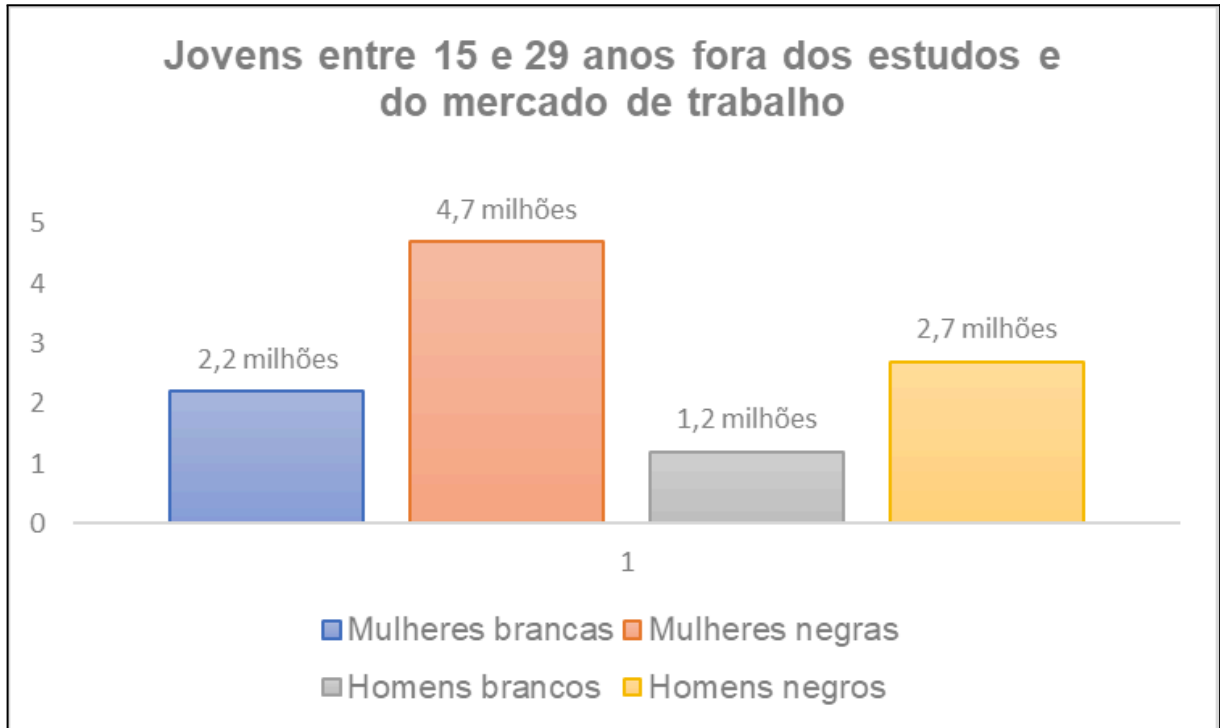
A taxa de desocupação é um dos pilares do sistema de pauperização de vida, haja visto que a ausência de uma fonte de renda aprisiona sujeitos feminizados e racializados a um ciclo de pobreza, o qual é retroalimentado por estruturas que legitimam e nutrem ainda mais clivagens sociais já existentes. De acordo com os dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, divulgados em 2023, em 2022 havia 10,9 milhões de jovens entre 15 e 29 anos que estavam fora dos estudos e do mercado de trabalho, o que corresponde a 22,3% dessa faixa etária. Dessas pessoas, 4,7 milhões eram mulheres racializadas, representando 43,3%, enquanto que as mulheres brancas totalizavam 2,2 milhões, ou 20,1%. Além disso, 2,7 milhões (24,3%) eram homens pretos ou pardos, e 1,2 milhões (11,4%) eram homens brancos. As mulheres negras representaram 47,8% dos jovens pobres e 44,7% dos jovens extremamente pobres, enquanto os homens pretos ou pardos compreendiam 33,3% dos jovens em situação de pobreza e 26,6% dos jovens extremamente pobres (Agência Notícias IBGE, 2023). Os dados supracitados podem ser visualizados de forma ilustrativa através do seguinte gráfico:

---

<sup>42</sup> Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012. **Agencia Notícias IBGE, 2021.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>>. Acesso em: 14/01/2024.

<sup>43</sup> Agência de Notícias IBGE, 2021.

**Gráfico 1 – Jovens entre 15 e 29 anos fora dos estudos e do mercado de**

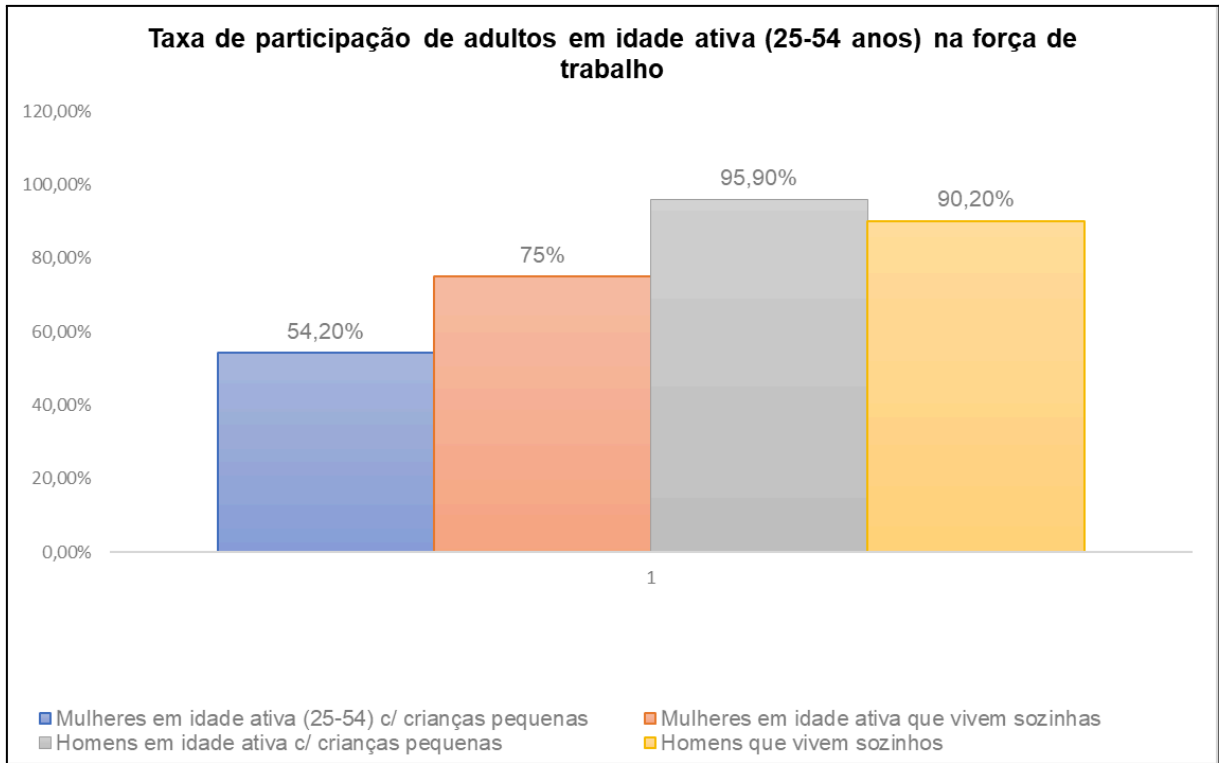


**trabalho.**

Fonte: Agência Notícias IBGE, 2023.

A maternidade é determinante para a desocupação feminina, tendo em vista que as mulheres com filhos pequenos sofrem uma nítida penalização por parte do mercado de trabalho. Segundo o Relatório *The paths to equal : Twin indices on women's empowerment and gender equality*, realizado pela PNUD em parceria com a ONU Mulheres, em escala global, a taxa de participação na força de trabalho entre mulheres em idade ativa (25-54 anos) com crianças pequenas (mulheres que residem em um lar composto por um casal e pelo menos uma criança com menos de 6 anos) é de 54,2%, 20,8 pontos percentuais inferior às mulheres da mesma faixa etária que vivem sozinhas, sem parceiro ou filho (75,0%). Os números correspondentes para homens são 95,9% e 90,2%, conforme elucida o seguinte gráfico:

## Gráfico 2 – Taxa de participação de adultos em idade ativa (25-54 anos) na força de trabalho



Fonte: UNDP; UN WOMEN, 2023.

No Brasil, mesmo após a promulgação de leis que visem a proteção à pessoa gestante, conforme revela pesquisa divulgada em 2016 pela Fundação Getúlio Vargas, essas não logram ser eficazes em amortecer as penalidades impostas à maternidade, e reter as mães no mercado de trabalho. Segundo a pesquisa, a redução no emprego se inicia imediatamente após o período de proteção ao emprego assegurado pela licença (120 dias). Após 24 meses, quase metade das mulheres que tiraram licença-maternidade se encontram fora do mercado de trabalho, um padrão que persiste até 47 meses após a licença. A maioria das saídas do mercado de trabalho ocorre sem justa causa e por iniciativa do empregador. No entanto, os impactos são bastante diversificados e estão relacionados ao nível de escolaridade da gestante: 12 meses após o início da licença, trabalhadoras com maior nível educacional apresentam uma redução de emprego de 35%, enquanto a queda é de 51% para as mulheres com menor nível educacional durante o mesmo

período<sup>44</sup>.

### 3.4 Dificuldade de acesso às políticas públicas e sub-representação das mulheres na política

A dificuldade de permanência no trabalho evidencia uma grave carência de políticas públicas voltadas à atenção às demandas da reprodução social, para além de sua mera ineficácia. De acordo com reportagem publicada pelo Jornal Hoje, com base em levantamento realizado por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, em 2022 apenas 30% das crianças de até 3 anos estavam matriculadas em creches. Aproximadamente 2,5 milhões de crianças com 2 e 3 anos de idade não têm acesso à creche. Enquanto isso, mais de 1,2 mil obras de creches e pré-escolas encontram-se interrompidas em todo o país<sup>45</sup>. Isso demonstra como, mesmo quando são criadas políticas públicas que pretendam amortecer os efeitos do empobrecimento, essas não funcionam, uma vez que não são pensadas em consonância com a realidade das mulheres e os deveres da reprodução social, ou ainda com a urgência de romper com lógicas hierárquicas de gênero que aprisionam mulheres ao ambiente doméstico.

A falta de políticas que considerem as dinâmicas hierárquicas de gênero, as quais surgem a partir da divisão sexual do trabalho, é resultado direto de um distanciamento das mulheres da esfera política. Uma vez que a mulher é excluída do processo decisório de elaboração de políticas públicas, também lhe é negada a prática de sua cidadania enquanto sujeito social.

No Brasil, as mulheres ocupam apenas 11,3% das cadeiras do Congresso Nacional. O número representa o pior resultado da América do Sul e o terceiro pior da América Latina. Segundo o Boletim Especial 8 de Março, Dia da Mulher, divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), nas eleições de 2022, embora tenha havido um

---

<sup>44</sup> MACHADO, Cecília; PINHO NETO, Valdemar, 2016.

<sup>45</sup> Jornal Hoje. Cerca de 2,5 milhões de crianças estão fora da creche no Brasil, aponta levantamento. **Portal G1**, 21 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/07/21/cerca-de-25-milhoes-de-criancas-estao-fora-da-creche-no-brasil-aponta-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 17/03/2023.

aumento notável no número de mulheres concorrendo — um crescimento de 33,3% nas candidaturas para cargos federais, estaduais e distritais —, apenas 302 candidatas foram eleitas para a Câmara dos Deputados, Senado, Assembleias Legislativas e governos estaduais, em contraste com os 1.394 homens eleitos. Essa discrepância de gênero na representação política e nos espaços de liderança dificulta a promoção de pautas relacionadas à equidade de gênero, tornando desafiadora a implementação de mudanças efetivas. É essencial criar condições que facilitem e incentivem a participação das mulheres em todas as esferas, levando em conta questões como flexibilidade de horários e responsabilidades familiares, incluindo a maternidade, para que não haja a necessidade de fazer escolhas entre suas carreiras, atividades políticas ou vida familiar.

A ausência das mulheres no processo decisório não é produto da falta de interesse por política, como muitos de nós somos levados a acreditar. Na verdade, trata-se do resultado de um entroncamento de processos históricos, criados a partir de uma lógica patriarcal, que impedem que corpos feminizados ocupem o espaço de tomada de decisões. Tal impedimento não decorre apenas da internalização de sistemas discursivos que excluem as mulheres da esfera política, mas também da impossibilidade em conciliar o tempo dedicado às atividades políticas com as demais jornadas de trabalho, entre elas a jornada reprodutiva.

A não consideração da jornada reprodutiva durante a elaboração de políticas públicas de enfrentamento à pobreza evidencia o modo como o papel que as mulheres exercem na reprodução social é invisibilizado pela sociedade. Ao separar as esferas públicas e privadas e atribuí-las as características de produtivo e improdutivo, respectivamente, confere-se um valor hierárquico a essas esferas. Neste caso, segundo a lógica do patriarcado capitalista, a esfera produtiva e pública seria a única passível de geração de valor. Sabe-se que a criação das dicotomias público/privado, produtivo/reprodutivo é advinda de um processo histórico sociocultural, que é, por sua vez, naturalizado. Nele as esferas reprodutiva e privada são outorgadas às mulheres, e a produtiva e pública aos homens. Conforme foi exposto no capítulo anterior, a simbiose entre capital e patriarcado se ocupará em invisibilizar as atividades exercidas na esfera reprodutiva, retirando-lhe, portanto, o título de trabalho, colocando-o às margens do capital. Contudo é a partir da reprodução e manutenção da vida, dentro do terreno doméstico, que é gerada a

base de sustentação do sistema capitalista: a força de trabalho.

### **3.5 Maternidades plurais: vulnerabilização das mulheres enquanto protagonistas do processo reprodutivo**

A sub-representação feminina na política colide com a realidade demográfica e estatística do país. Além de serem as mulheres a maioria da população brasileira (48,5% homens contra 51,5% mulheres)<sup>46</sup>, também são maioria nos índices de chefia familiar. De acordo com o Boletim Especial 8 de março, Dia da mulher, publicado pelo DIEESE em 2022, a liderança dos lares no Brasil é predominantemente feminina. No ano de 2022, dos 75 milhões de domicílios auferidos 50,8% eram chefiados por mulheres, totalizando 38,1 milhões de famílias. Em contraste, os lares liderados por homens somavam 36,9 milhões. As mulheres negras estavam à frente de 21,5 milhões de lares (56,5%), enquanto as não negras lideravam 16,6 milhões (43,5%). Entre os lares chefiados por mulheres, cerca de 63,9% das famílias lideradas por mulheres negras e 43,7% das lideradas por mulheres não negras recebiam até 2 salários mínimos.

Os arranjos familiares mais vulneráveis são aqueles monoparentais liderados por mulheres sem cônjuge e com filhos, ou seja, por mães-solo, especialmente devido à renda do domicílio e à renda per capita, que foram as mais baixas entre os arranjos analisados por referida pesquisa. Segundo o levantamento do DIEESE (2022), esse tipo de arranjo totalizou 11,053 milhões de famílias, sendo 61,7% chefiadas por mulheres negras (equivalente a 6,8 milhões) e 38,3% por mulheres não negras (totalizando 4,2 milhões). Das mulheres chefes de família negras ocupadas, uma em cada quatro (25,3%) trabalhava como empregada doméstica, 16,6% estavam empregadas nos setores de educação, saúde humana e serviços sociais, e 15,1% atuavam no comércio. Por outro lado, entre as mulheres chefes de família não negras, 22,3% estavam empregadas em educação, saúde humana e serviços sociais, 17,5% trabalhavam no comércio, e 15,8% estavam empregadas em serviços domésticos. Tais dados evidenciam uma clara divisão racial e sexual do trabalho, além de denunciar a presença de hierarquias de trabalho promovidas

---

<sup>46</sup> Censo Demográfico, 2022.

historicamente. Entre as chefes negras, 20,6% eram trabalhadoras domésticas sem carteira, 15,1% trabalhavam sem carteira no setor público ou privado, e 17,6% eram autônomas sem registro de CNPJ. Em outras palavras, mais da metade dessas mulheres não têm acesso a nenhum tipo de proteção trabalhista (53,3%). Já entre as chefes não negras, essa proporção era menor, alcançando 41,0%. Dentre elas, 11,9% trabalhavam como domésticas sem carteira, 8,9% estavam no setor privado sem contrato formal, 2,8% trabalhavam no setor público também sem carteira, e 17,4% eram autônomas sem CNPJ.

Portanto, no que tange ao regime trabalhista, pode-se afirmar que mulheres negras são mais sujeitas à informalidade, sendo-lhes negado o direito à proteção e bem-estar, sendo assim mais vulneráveis, principalmente quando a frente de arranjos familiares com a presença de filho e ausência de cônjuge. O assalto à solidariedade não mercantil por parte do neoliberalismo não contribui para o apaziguamento desse processo. O ataque às estruturas coesivas da sociedade e o crescente individualismo fez com que a rede de apoio de muitas dessas mulheres fosse atacada. No caso das trabalhadoras com filhos, a falta de coesão social impossibilita a delegação não mercantil de tarefas relacionadas ao cuidado de seus dependentes, configurando sua não permanência no mercado de trabalho, tornando-as, assim, mais propensas à informalidade e má remuneração, o que intensifica ainda mais o ciclo de reprodução da pobreza.

Sendo assim, pudemos verificar ao longo do capítulo que a pobreza, para além de um índice pré-estabelecido, é resultado de processos históricos responsáveis pela criação e manutenção de hierarquias sociais, as quais se refletem nas relações de gênero, raça e trabalho. A hierarquização dessas relações passa pelo estabelecimento de papéis de gênero desiguais que reforçam a primazia do gênero masculino sobre o feminino. No que tange às mulheres, a produção da pobreza é fundamentalmente condicionada por esses papéis, uma vez que sua responsabilização pela reprodução social as priva do tempo necessário para pleitear condições materiais dignas via educação, qualificação, trabalho e participação política, além de ser um mecanismo de exploração e expropriação de valor.

Para além da mera quantificação dos sujeitos retratados nas estatísticas, à luz das categorias previamente investigadas, isto é: no próximo capítulo buscarei



entramar os conceitos e dados sobrevoados ao longo do trabalho, com base no relato de Ilza de Oliveira Paiano, educadora aposentada, mãe de seis filhos e minha avó, cujo levantamento se dará através da técnica qualitativa de entrevista etnográfica.

#### 4 O PESO DA MEMÓRIA: RELATOS DE JORNADAS INVISÍVEIS

A fim de navegar por entre as encruzilhadas experienciais vivenciadas pelos sujeitos que estão no cerne das estatísticas, neste segmento darei voz à história de minha avó, Ilza de Oliveira Paiano, cuja memória, por tanto tempo calada, revela um passado que segue perene no seio de uma sociedade que explora, viola e subjuga corpos feminizados diariamente.

O intuito da elaboração deste capítulo é justamente a retomada da narrativa para além da quantificação e invisibilização de sujeitos. Relatar a vida de minha avó remonta à importância da memória como dispositivo de análise da realidade que me subjetiva enquanto mulher, uma vez que a introjeção de paradigmas sociais implica na sua transmissão intergeracional. Ademais, este capítulo é, além do mergulho em um oceano de traumas geracionais, uma tentativa de devolver a agência àquelas que são as protagonistas de minha pesquisa, na qualidade de sujeitos participantes da construção da história e realidade material, dotadas de potência transformadora.

Desde o início da minha jornada acadêmica sempre tive uma ligação muito forte com o campo dos estudos de gênero. Este trabalho surge como uma tentativa de responder às inquietações levantadas ao longo de todo o período de graduação, somando aprendizados e saberes, mas tendo por alvo principal o desenvolvimento de capacidades críticas e analíticas que me permitam encontrar tais respostas. A pesquisa por este capítulo trazida é fruto de um processo não só analítico, mas também catártico, reverberando, para além da esfera acadêmica, para a esfera pessoal e existencial de minha vida.

Encontrei muitas respostas, mas muitas outras perguntas que colocam em pauta minha existência enquanto sujeito social, enquanto mulher, enquanto filha e enquanto neta. Mesmo em meio à frustração de não poder responder todas as perguntas vindas à superfície, decidi abraçar a poesia do processo qualitativo de pesquisa como fonte de enriquecimento do debate e do desabrochar de minha trajetória como pesquisadora. Como disse minha avó quando a perguntei se tinha mais algo que gostaria de contar que não lhe havia perguntado: *“Tem muita coisa. Muita. Não dá pra contar tudo. Não dá pra contar tudo [...] Outro dia eu vou contar outras coisas. Outro dia”*.

#### 4.1 Metodologia

O auferimento dos dados foi realizado por meio da metodologia qualitativa, tendo por corpus a técnica de entrevista etnográfica aprofundada. A entrevista foi realizada com minha avó, tendo sido previamente roteirizada, cujo roteiro se encontra no Anexo A do presente trabalho, e posteriormente transcrita com ajuda do software *Transkriptor*, passando, ainda, por um processo de revisão de conteúdo. As perguntas foram separadas em três blocos temáticos: o primeiro com perguntas introdutórias; o segundo com perguntas referentes às múltiplas jornadas de trabalho; o terceiro com perguntas referentes à pobreza como categoria analítica.

A análise dos dados foi realizada nos conformes da análise temática de conteúdo preconizada por Bardin (1977), passando pelos passos tradicionais de pré-análise e constituição do corpus, codificação e categorização dos dados, e, por fim, a inferência e interpretação dos resultados, efetuadas à luz dos referenciais teóricos trazidos ao longo do trabalho, tendo por orientação as perguntas-problema levantadas no setor introdutório da monografia.

Durante o processo de análise de conteúdo da entrevista frustrei algumas expectativas em relação à lucidez dos fatos que seriam contados, visto que muito do que foi relatado por minha avó não estava em conformidade com outros relatos que já haviam sido narrados por outros membros da família. A história contada por minha vó é marcada por uma certa confusão temporal, resultado da criação de mecanismos de defesa que foram forjados, claramente, como forma de suportar o fardo de uma trajetória marcada pela exploração, violência e desamor, mas que no seu cerne revelam um discurso recheado de categorias analíticas que dialogam com tudo foi contemplado ao longo deste trabalho. Do processo de categorização surgem quatro categorias principais: a dimensão sociocultural do trabalho reprodutivo; as múltiplas jornadas de trabalho; o nexos entre a pobreza e trabalho reprodutivo; a falta de acesso a políticas públicas e o forjar de uma comunidade.

#### 4.2 “*Eu nasci para isso*”: A dimensão sociocultural do trabalho reprodutivo

Nesta categoria estão abordadas as falas nas quais revelam-se mecanismos de naturalização do trabalho reprodutivo como algo inerente à experiência feminina. Em um primeiro momento, evidencia-se como, durante a entrevista, toda a temporalidade é marcada pelo trabalho reprodutivo. Ao ser perguntada sobre datas

e anos, a entrevistada tem como referencial temporal os nascimentos de filhos, momentos de vida e trajetórias dos filhos, o que reflete o predomínio de uma identidade criada para o outro, em função de seus dependentes.

O relato da entrevistada revela uma vida totalmente marcada e orientada pelo trabalho doméstico, na qual a absorção de tais funções iniciou-se aos 13 anos de idade, como forma de auxiliar sua irmã na criação de seus filhos. Aos 14 anos dá início à jornada de trabalho formal no ramo da educação, trabalhando com crianças. A entrevistada, entretanto, não acredita ter sido prematuro seu ingresso no mercado de trabalho. Segundo ela, o fato de ter tido que auxiliar na criação de crianças desde cedo fez com que desenvolvesse maturidade suficiente para sua inserção precoce no mercado remunerado de trabalho:

*Porque eu acho que eu fui madura desde novinha. Porque eu cuidei do meu sobrinho, né? Eu dava aula meio-dia, dava aula e meio-dia cuidava deles, pra minha irmã dar aula. Então... Minha vida foi com criança, amo as crianças. Não trabalhei em outra coisa que com criança. (Ilza de Oliveira Paiano, P.2)*

Seu discurso revela como o trabalho reprodutivo, na verdade, foi algo que lhe foi transmitido e ensinado durante o processo de socialização, sendo normalizado como algo natural do ímpeto feminino, como um “destino biológico”<sup>47</sup> da mulher. Essa lógica de naturalizar um processo sociocultural, como ocorre com a atribuição das funções reprodutivas às mulheres, envolve o ocultamento de todo o trabalho que está implicado no cuidar e maternar uma criança. A responsabilização integral da mulher pelo cuidado e manutenção da vida, trabalho esse que carece de valor por parte da sociedade, culmina no sufocamento da subjetividade e reais desejos dos sujeitos que o realizam, uma vez que seu tempo lhes é roubado. Tal afirmação se observa quando a entrevistada se situa cronologicamente a partir de momentos de vida dos indivíduos os quais maternou.

A instauração da crença de que a domesticidade e suas atribuições estão biologicamente inscritas na “natureza feminina” legitima a subserviência das mulheres em relação aos homens, e a perpetuação de seu domínio (Saffioti, 1984). Ao ser questionada sobre o que mudaria em sua vida no âmbito do trabalho

---

<sup>47</sup> Federici, 2021.

doméstico e formal, a entrevistada afirma que não mudaria nada, uma vez que acredita ter nascido para a realização de tais funções, para, em suas palavras, “*cuidar dos sobrinhos e dar aula*”. Para a entrevistada fica evidente o valor que ela atribui às atividades do trabalho reprodutivo, contudo, tal valoração não é a mesma aos olhos da sociedade. A desvalorização do trabalho reprodutivo é uma das principais ferramentas utilizadas pelo patriarcado para a subjugação das mulheres e da limitação de suas capacidades, impetrando crenças de inferioridade intelectual, não pertencimento em determinados espaços sociais, insuficiência, entre outros.

Quando perguntada a respeito de seu cônjuge, e sobre o que mudaria na relação entre os dois caso pudesse, Ilza foi categórica ao revelar seu descontentamento frente à ingestão de álcool, que culminava na sua agressão por parte do falecido marido. Mesmo ao expor seu desgosto diante das inúmeras agressões, ela o redime ao afirmar que tolerava porque “*era só na bebida, fora disso era uma pessoa maravilhosa*”. Quando lhe perguntei se em algum momento pensou em deixar o casamento ela afirma que já tentou sair do casamento mas foi aconselhada por um líder religioso a não fazê-lo, uma vez que, caso seu marido morresse ela seria a culpada.

*Houve. Eu fiquei... Ele bebeu demais e eu fiquei assim, separada, né? E eu disse: "Pois eu vou morar em outra casa agora". E fui. Mas pouco tempo, mais ou menos seis meses, por aí. Daí eu fui falar com o padre. Daí eu disse: "padre, não aguento mais o Paiano, quero que o senhor me dê um conselho." Eu disse assim... expliquei tudo pra ele. Ele diz: "não, não separa. Vocês já são de idade, não separa, porque se ele cair por aí e morrer, a senhora vai se sentir culpada. Faça uma novena, que ele vai parar." (Ilza de Oliveira Paiano, P. 13)*

Sendo assim, não se pode ignorar o papel assumido pelas instituições de vincular as mulheres ao jugo patriarcal pela via do matrimônio, mesmo em meio à sua violência e crueldade. O regimento jurídico brasileiro, por tanto tempo cúmplice do aprisionamento das mulheres em casamentos violentos, é exemplo disso, visto que só passa a contemplar a legalidade do divórcio por meio da promulgação do Novo Código Civil em 2002.

Essa dinâmica de relações matrimoniais entre homens e mulheres perpetua uma noção do amor como algo passível de coexistir ao lado da violência, do descaso, da agressão. A naturalização de uma ideia de amor doentia permitiu com que muito tempo os assassinatos de mulheres fossem lidos como crimes passionais

pela justiça. É somente em 2015 que ocorre a sanção da lei que prevê o feminicídio no Brasil (Lei 13.104/2015). A própria entrevistada, em um dado momento da entrevista, nos revela que sua primeira relação sexual com seu falecido cônjuge foi resultado de um estupro, mas que se acostumou porque, segundo ela, “o amor é *construído*”. Entretanto, qual outra opção ela teve? Ela relata que após seu estupro sua mãe a obrigou a se casar com seu agressor aos 17 anos. Além disso, como havia mencionado anteriormente no trabalho, o próprio regimento jurídico do Brasil determinava que manter relações sexuais era um dever conjugal da mulher para com seu esposo, independentemente de sua vontade. O Estado brasileiro é cúmplice e é sustentado por tal violência. Como afirma Sueli Carneiro (2019, p.151), no Brasil o estupro colonial é a gênese de toda a construção das hierarquias de gênero e raça presentes na sociedade. Mas que amor é esse que agride, que violenta e que explora?

Essa noção do amor, a qual muitas vezes engloba relações de poder e atomização de indivíduos, é enviesada a serviço do patriarcado, a fim de exercer o domínio e subjugação de corpos feminizados. Fomos ensinadas a conceber o amor de uma forma que nos vulnerabiliza física e emocionalmente frente à violência cisheteropatriarcal. Na contramão desse ideal, bell hooks dá à luz a outra alternativa de amor: um amor que liberta, um amor que é coletivo e político. Segundo hooks, definir o amor é crucial para que não haja confusões e equívocos quanto a ele. Hooks defende que o amor é “a vontade de se empenhar ao máximo para promover o próprio crescimento espiritual ou o de outra pessoa”<sup>48</sup>. Tendo em vista tal definição, a coexistência de amor e violência não se faz possível. O amor deve englobar respeito, emancipação e justiça, para além da simples afeição e atração entre duas pessoas.

#### **4.3 “Cuidar dos sobrinhos e dar aula. A minha vida foi essa.”: As múltiplas jornadas de trabalho**

Esta categoria se subdivide em outras quatro subcategorias a fim de contemplar a complexidade dos movimentos conciliatórios que devem ser efetuados pela trabalhadora a fim de dar conta da jornada de trabalho formal e da jornada reprodutiva, e seus desdobramentos: jornada sexual, jornada afetiva, jornada

---

<sup>48</sup> hooks, 2021.

doméstica e jornada formal.

A trajetória da entrevistada no âmbito do trabalho se dá início aos 13 anos quando, após o falecimento de seu pai, ela passa a viver com sua irmã gestante, a qual dá a luz a seu sobrinho, o qual auxiliará a maternar, tendo em vista que sua irmã, também educadora, tinha que voltar a dar aula. Pouco tempo depois do nascimento de seu sobrinho ela relata que dá início à carreira na educação infantil, aos 14 anos, tendo ainda que ajudar nas tarefas domésticas para que sua irmã também pudesse dar aulas. Seu tempo estava inteiramente dedicado à educação de crianças, visto que metade do dia trabalhava como educadora assalariada, e a outra metade trabalhava na esfera doméstica auxiliando na criação de seu sobrinho.

*Daí, quando eu tinha 13 anos, eu perdi meu pai. Aí eu fui morar com a minha irmã, a mais velha. Meu irmão, ele ia me buscar 12 quilômetros de bicicleta pra mim ir no baile com ele. Tá. Aí eu continuei lá com a minha irmã, morando lá. Aí nasceu o filho da minha irmã mais velha, o Juarez. Daí, eu cuidei do Juarez. Ele nasceu dia 20 de janeiro e eu fazia 14 anos dia 18 de abril. (Ilza de Oliveira Paiano, P. 1)*

Mais uma vez, fica evidente a forma como seu tempo e referencial cronológico foram totalmente orientados pelo trabalho reprodutivo, de forma que ao ser questionada sobre como foi sua infância ela a descreve pela criação de outro infante.

Aos 17 anos, Ilza se casa, casamento esse que dura 45 anos, tendo fim com o falecimento de seu marido em 2003. Como mencionado anteriormente, ela se casa com seu marido após ter sido violentada sexualmente por ele. Sua mãe, ao tomar conhecimento da situação a obriga a se casar com o agressor. Pouco tempo depois do casamento dá à luz ao seu primeiro filho aos 17 anos de idade. Depois vieram mais cinco filhos, ao longo do tempo. Ilza era inteiramente responsável pelas tarefas domésticas, desde as que envolviam a manutenção da casa, às que envolviam a manutenção da vida em si. Durante esse período seguiu dando aulas, durante o dia, tarde e noite. Ao ser questionada sobre qual a participação de seu cônjuge nos afazeres domésticos ela prontamente responde: “Zero”.

A história narrada se passa nas décadas finais do século XX, entretanto segue sendo a realidade de muitas mulheres trabalhadoras que possuem filhos e cônjuge. Como já foi mencionado anteriormente, estima-se que globalmente as

mulheres dedicam cerca de 2,5 vezes mais horas do que homens ao trabalho de cuidado não remunerado, segundo dados do PNUD de 2023. Quando a perguntei como dava conta de tantas demandas ela responde: *“Eu não sei, isso eu não posso te dizer como. Eu só sei que eu fazia”*.

A internalização do trabalho doméstico neste caso, e em tantos outros, é tão profunda que passa a ser condicionante da formação da subjetividade feminina. As mulheres são sujeitas desde a infância a um adestramento de seus corpos e mentes que as inclina ao trabalho doméstico, e neste caso não foi diferente. O domínio sobre o corpo feminizado é tão intenso que se infiltra nas mais diversas camadas de sua configuração enquanto sujeito social, e passa necessariamente pela normalização de cenários que são fruto da construção de uma cultura violenta. Quando lhe perguntei sobre os reflexos de tantas demandas na sua saúde ela negou ter sido afetada negativamente. Contudo, durante a entrevista, seus joelhos estampavam hematomas obtidos a partir da realização dos afazeres domésticos, na qual vive com um neto que tem por volta dos 30 anos. Ela tinha caído dias antes fazendo a limpeza de sua casa. Dito isso, mesmo em meio a tantos sinais que mostram o contrário, o que a leva a afirmar que não teve sua saúde afetada pelo trabalho doméstico?

Saffiotti (1987) elucida em “O poder do macho” o mecanismo pelo qual as mulheres são privadas da condição de sujeitos desejantes. A privação do desejo limita a existência feminina à vontade e existência do outro como referencial de vida, de querer, de felicidade. Essa privação é internalizada pelo processo socializatório, o que culminou, neste caso, na criação de mecanismos de defesa que a auxiliassem a lidar com a dor e angústia de ter sua voz calada tantas vezes. Inclusive nos momentos de maior vulnerabilidade física e emocional, minha avó foi privada de seus sentimentos, cujo encaminhamento se deu pelas vias expropriatórias do patriarcado, a exemplo do episódio em que foi agredida sexualmente e, posteriormente, hostilizada por sua própria mãe.

Essa privação do desejo se estende também à esfera sexual da vida da entrevistada. Ela relata que as interações sexuais com seu falecido marido eram marcadas pela coação, a qual se tornou um costume entre a relação dos dois:

*Ele era assim. Ele não queria saber se eu estava menstruada, se eu tinha ganhado neném há poucos dias [...] Quisesse ou não, ele querendo, era a*



*conta. (Ilza de Oliveira Paiano, P. 12)*

Assim como Ilza, conforme trazido anteriormente no trabalho, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), disponibilizou dados que revelam que, entre 2011 e 2022, no Brasil, em uma a cada oito vítimas do crime de estupro o crime foi cometido pelo cônjuge. Tais dados escancaram a imponência de uma jornada sexual em concomitância às demais jornadas supracitadas. Como alertado por Federici (2019), na configuração cisheteropatriarcal, à luz da simbiose patriarcado/capitalismo, pouco importa o consentimento ou desejo por parte da mulher, com tal de que haja vontade por parte do homem. Sendo o homem o único investido do poder de desejar, instaura-se uma falocracia, na qual as mulheres são incumbidas do papel de meros objetos de desejo, desprovidas do direito de sentir e consentir (Saffiotti, 1987). O mecanismo pelo qual o patriarcado, em cooperação com o capitalismo, exerce o domínio sobre os corpos das mulheres passa necessariamente pelo campo da sexualidade, uma vez que seu controle articula sua função reprodutiva, de gerar e manter a força de trabalho, e a servidão e disponibilidade sexual da mulher aos trabalhadores que conformam a força de trabalho (Federici, 2021).

#### **4.4 O nexa entre a pobreza e o trabalho reprodutivo**

Em um país de pouca mobilidade social, como o Brasil, a taxa de fecundidade tem um impacto direto no processo de reprodução da pobreza, fato que é reflexo do aprisionamento de mulheres em ciclos de pobreza via trabalho reprodutivo. Tal premissa é possível de ser verificada no caso o qual estudo. Ilza entra para as estatísticas aos 17 anos de idade, pouco tempo depois de se casar, o que, segundo preconiza a ONU, caracterizaria um casamento infantil. Atualmente, o Brasil ocupa o quarto lugar em números absolutos de meninas que se casaram antes de 18 anos. A problemática reside no fato de que quanto mais precoce o casamento, mais prematuro será o aprisionamento da mulher ao regime doméstico, privando-a do tempo necessário para pleitear uma qualificação e um desenvolvimento educacional e profissional que a possibilite gozar de uma autonomia frente ao seu parceiro, bem como condições materiais que viabilizem maior plenitude da condição humana.

A entrevistada, ao longo de sua vida, concebeu sete crianças, das quais uma

veio a óbito após o nascimento. Sendo assim, maternou seis crianças, tendo ainda que conciliar com os deveres da jornada assalariada de trabalho, trabalho esse marcado por uma forte instabilidade laboral, como elucida pela seguinte fala:

*Porque o professor, ele é igual cigano. Uma hora tá aqui, de repente muda pra lá e vai se mudando. E vai se mudando... Quando não gosta mais daqui, pede transferência. E assim foi minha vida. E daí eu vim parar aqui dando aula, tenho inserido minha carreira aqui na Foz do Iguaçu. (Ilza de Oliveira Paiano, P. 2)*

Além disso, ela relata que sua remuneração equivaleria, hoje em dia, aproximadamente, aos R\$1.500,00, o que corresponde a pouco mais que um salário mínimo. Soma-se a isso os recorrentes atrasos no pagamento do salário, bem como as infundáveis jornadas de trabalho, tendo que trabalhar das sete e meia da manhã às onze e meia da noite. Isso a fim de dar conta, não só das demandas financeiras do lar, mas também como forma de suprir a ausência de remuneração em períodos de férias ou, ainda, durante o puerpério. A entrevistada afirma que não teve acesso à remuneração durante o período de licença maternidade, demonstrando a ausência e ineficiência de políticas que tenham como alvo a atenção às exigências da reprodução social, o que a colocou em uma posição vulnerável frente à exploração, tanto dentro do lar, como no ambiente assalariado.

*Não, na época, então, ninguém recebia nada. Tinha licença, mas sem salário, sem... E também quando terminava, ou no final do ano, entrava de férias. Ninguém recebia nada. Entrou férias, não tinha mais professor. [...] É como o professor... Hoje tem professor rico, na época não tinha. Muitas vezes faltava, né? Porque até eu receber, às vezes eu ficava em Crissiumal, eu cheguei a ficar 11 meses sem receber. [...] (Ilza de Oliveira Paiano, P. 4-6)*

Sua condição enquanto mãe foi diversas vezes alvejada pela superexploração, por meio do sequestro do tempo para a criação de seus 6 filhos, dos quais 4 eram mulheres, também em situação de vulnerabilidade frente à condição de ser mulher em meio às encruzilhadas de violência. Ela relata que uma de suas filhas, aos 13 anos, sob o pretexto de que iria conseguir um trabalho o qual lhe renderia uma boa remuneração, viaja a outra cidade onde é sequestrada e

vendida para um bordel. Após muita procura, a entrevistada consegue recuperar sua filha após essa fugir de seus sequestradores. Essa dor foi sentida por todos, e segue, até hoje, latente no seio familiar como uma espécie de fantasma, tendo produzido sequelas emocionais a todos que a testemunharam, mas principalmente naquela que a vivenciou na pele.

Quando questionada sobre questões referentes à alimentação, a entrevistada revela que passava por “dificuldades”, mas nega ter passado fome, uma vez que recebia vales-alimentação das entidades municipais, o que a permitia realizar a compra de alguns alimentos. A distribuição de vales é mais um exemplo de como políticas compensatórias não obtêm eficácia quando o assunto é erradicação da pobreza.

Segundo o glossário disposto no portal do Ministério da Saúde<sup>49</sup>, o Governo Federal entende a insegurança alimentar e nutricional a partir de quatro níveis: segurança alimentar; insegurança alimentar leve; insegurança alimentar moderada; insegurança alimentar grave. A segurança alimentar, condição ideal, garante o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para todos os membros do domicílio. Na insegurança alimentar leve, é possível observar o comprometimento da qualidade da alimentação, sem afetar a quantidade percebida como adequada. Na insegurança alimentar moderada há modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos, acompanhadas de restrição na quantidade de alimentos para os mesmos. No caso da insegurança alimentar grave, há a quebra do padrão usual da alimentação, com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos para todos os membros da família, inclusive crianças, podendo levar à experiência de fome. Neste caso, por mais que a entrevistada alegue não ter experienciado a fome, é possível verificar claramente uma situação onde se vive um regime de insegurança alimentar grave.

Quanto às questões de saúde, fica evidente a dificuldade de se navegar uma situação de superexploração, exposição à insegurança física e alimentar, além de suas repercussões no psicológico da entrevistada, fruto de uma realidade material desumana. Segundo ela, o acesso à saúde, naquele então, era restrito

---

<sup>49</sup>Glossário Saúde Brasil; Insegurança alimentar e nutricional. **Portal Ministério da Saúde**, Brasília 14 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricion> al#:~:text=Inseguran%C3%A7a%20alimentar%20grave%3A%20s%C3%A3o%20caracterizados,inclui r%20a%20experi%C3%Aancia%20de%20fome.>. Acesso em: 06/04/2024.

exclusivamente àqueles com rendimentos maiores, cabendo a ela e seus familiares criarem dinâmicas que os permitissem sobreviver em meio a essa ausência:

*Olha, na época tinha que ter dinheiro pra pagar. Não tinha o que nós temos hoje. Então, a gente tinha que cuidar muito, muito, muito, muito, muito mesmo dos filhos. Pra não adoecer. (Ilza de Oliveira Paiano, P. 6)*

O retrato de Ilza é um exemplo pungente da realidade de milhares de mulheres brasileiras que, presas em um ciclo vicioso de exploração, se veem enclausuradas em um espiral de pobreza, fruto tanto da exploração via trabalho reprodutivo, quanto via trabalho remunerado. Seu relato é um retrato da luta diária por sobrevivência e resistência. Sua trajetória evidencia a negligência do Estado com as necessidades básicas da população, como acesso à saúde, educação, estabilidade laboral e políticas públicas que almejam a garantia de uma realização plena da condição humana.

#### **4.5 “...porque tinha meus amigos...”: A falta de acesso a políticas públicas e o forjar de uma comunidade**

Quando lhe perguntei sobre a presença da fome em sua vida, a entrevistada afirma não fazer parte de seu cotidiano, uma vez que, segundo ela, sempre foi muito amada e cuidada por seus amigos. Ao descrevê-los, observou-se que, na verdade, tratavam-se de indivíduos para os quais, de alguma forma, prestava serviços, pelos quais não recebia a remuneração adequada. Sua leitura do amor, mais uma vez, mostrou-se distorcida diante das trocas que caracterizavam essas relações.

Em momentos onde o Estado lhe era ausente, a compensação de tal ausência dependia dos “amigos” dela, seja ao auxiliarem na alimentação da família, seja ao auxiliarem frente a falta de infraestrutura pública e inacessibilidade, tal qual relata neste trecho:

*[...] quando eu dava aula, eu tinha 14 anos. Naquele lugar onde eu passava, não tinha ônibus, não tinha carona, não tinha nada. E tinha que atravessar uma madeira que eles dizem pinguela, né? Não sei como é que é, né? Só cortadinha assim em cima, não tinha proteção, não tinha nada. Eu só colocava o guarda-chuva no meu ombro, 12 quilômetros. E eu passava na frente do Seu Murinelli, que morava na costa, na barranca do rio Uruguai. E tinha um afluente que caía no rio Uruguai. Mas aquilo ali era fundo, muito*

*fundo. Quando dava enchente no rio, ele vinha assim debaixo daquele pau que a gente passava em cima. Quando o Seu Murinelli via que eu ia atravessar, porque ele era um peixe n'água, ele dizia, peraí que eu vou te pegar na tua mão, você não vai passar aí, você vai cair. Daí ele pegava na minha mão e passava. (Ilza de Oliveira Paiano, P. 9)*

A entrevistada alega que seus amigos, os quais lhe amparavam frente às dificuldades, eram provenientes das mais diversas ocupações, mas seu discurso enfatiza aqueles cujas ocupações, tradicionalmente, rendem melhores remunerações, e com as quais possuía algum elo profissional. No entanto, a falta da descrição de amigos com os quais não houve uma relação prévia de prestação de serviço, na verdade, revela a inexistência de tempo disponível para consolidar e nutrir relações fora da esfera do trabalho formal, uma vez sujeita à superexploração, inclusive na esfera reprodutiva.

Ao nutrir tais amizades, a entrevistada revela sua necessidade de forjar, estrategicamente, uma rede comunitária que fosse capaz de lhe acudir em meio aos riscos provenientes de sua situação de vulnerabilidade. Caso contrário, ela e seus familiares, os quais já se encontravam às margens da sociedade, estariam totalmente expostos às mazelas sociais que caracterizam a condição de miséria na qual viviam. Cabia inteiramente a ela a responsabilidade por esse forjar de uma comunidade que a permitisse navegar frente aos vazios de políticas públicas e frente à ausência do Estado. Ou seja, além de serem inteiramente responsáveis pela geração e manutenção da vida, as mulheres são, ainda, responsáveis pela constituição de redes de apoio que as permitam defender-se das insuficiências da sociedade e do Estado na participação e atenção às demandas da reprodução social.

A vida de minha avó denuncia as encruzilhadas da violência e da exploração que fazem parte da experiência de vida de tantas. Ela escancara ausências e dinâmicas de sobrevivência que expõem a insuficiência e desdém da sociedade e do Estado para com os corpos feminizados. Essas ausências e responsabilizações às mulheres quanto a sua sobrevivência e dos seus parentes, retroalimentam as hierarquias responsáveis pela subordinação das mulheres, o que culmina na restrição de suas capacidades, no silenciamento de suas vozes e no seu aprisionamento em situações degradantes física, mental e emocionalmente, tendo

em vista as condições de escassez material, insegurança, falta de saúde, as quais são características da vida às margens, tal como a que viveu minha avó.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho pudemos desvendar a complexa relação entre o patriarcado e o capitalismo, desnudando como seus tentáculos se entrelaçam para perpetuar as desigualdades de gênero, raça e classe. A gênese do patriarcado, conforme afirma Gerda Lerner (2019), emerge como uma resposta à necessidade de sobrevivência da espécie humana, o que acaba culminando em uma separação das atividades humanas com base no sexo biológico, e, assim, o estabelecimento de papéis de gênero. O estabelecimento desses papéis de gênero culmina em um processo de reificação, e conseqüentemente, dominação dos corpos das mulheres devido à sua capacidade reprodutiva

Verificou-se como, com a ascensão do modo de produção capitalista, tal dominação se intensifica através da expropriação de corpos e terras, incluindo a expropriação do poder reprodutivo das mulheres. Desde a América Latina, foi observado o fenômeno de “entronque patriarcal”, no qual o patriarcado ocidental europeu se sobrepõe a um patriarcado originário, de menor intensidade, e assim estabelece seu domínio dos corpos e das terras originárias (Cabnal, 2020; Segato, 2016). Sendo assim, a consolidação de uma identidade nacional e do Estado capitalista no território brasileiro passa, necessariamente, pelo “estupro colonial” dos corpos feminizados originários e afrodiaspóricos, bem como pelo ataque às cosmovisões que contemplavam, em sua maioria, um status de igualdade entre os sujeitos, mesmo em meio ao exercício de diferentes papéis e funções sociais.

O capitalismo e o patriarcado passam a funcionar, assim, de forma simbiótica, uma vez que a privatização corpo-territorial dá luz a novas dinâmicas de exploração e opressão, as quais reorganizam hierarquias de gênero, raça e classe a serviço do capital. Ocorre, dessa forma, a cisão das atividades humanas em esferas produtiva e reprodutiva, sendo a primeira incumbida ao gênero masculino e a segunda ao gênero feminino. As mulheres passam, portanto, a ser responsabilizadas inteiramente pela reprodução e manutenção da vida. A separação entre as esferas pública e privada e os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, respectivamente, são introjetadas no imaginário coletivo e passam a ser reproduzidas pelas estruturas sociais.

O trabalho reprodutivo, em particular, tem sido historicamente atribuído às mulheres, e essa desigualdade na distribuição de responsabilidades é frequentemente justificada por argumentos biológicos, como se a natureza feminina fosse enviesada pelo “instinto materno”. Tais associações, frutos de processos socioculturais, passam por um processo de naturalização, responsáveis pela gendrificação do trabalho.

Mesmo com a crescente inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, essa não ocorre em sincronia com uma redução das demandas de reprodução social. A conciliação de múltiplas jornadas de trabalho dificulta significativamente o ingresso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, o que implica na falta de disponibilidade para pleitear trabalhos de melhor remuneração que as ofereçam maior autonomia e condições materiais favoráveis. Além disso, apesar da sua inserção no mercado de trabalho formal, as mulheres ainda predominam em trabalhos relacionados ao cuidado, à educação e à administração, que são geralmente subvalorizados tanto economicamente quanto socialmente.

A expropriação do valor dos trabalhos associados à reprodução social tem como derradeiro a sujeição das mulheres a um verdadeiro espiral de pobreza. Entretanto, como afirmamos ao longo de todo o trabalho, são as mulheres as responsáveis pela sustentação do sistema, sendo o patriarcado a peça mais importante da engrenagem capitalista. São as mulheres as responsáveis por gerar seu elemento de maior importância: a força de trabalho. Por trás de todo esforço realizado na reprodução e manutenção da força de trabalho está o trabalho reprodutivo, historicamente realizado pelas mulheres, trabalho esse não valorizado social e financeiramente.

Foram utilizados os aportes da Teoria da Reprodução Social para a compreensão de tal fenômeno expropriatório, a qual preconiza a leitura do processo produtivo do capital de forma unitária, tendo em vista a codependência das esferas produtivas. Foi pontuado, portanto, ao decorrer da monografia, como a separação entre o local de produção e a reprodução social tende a obscurecer a interconexão entre essas esferas como um sistema coeso. É dentro do lar que, não apenas a força de trabalho é reproduzida, mas também os valores e normas capitalistas,



contribuindo para a manutenção da ordem patriarcal.

Salientamos, todavia, que o ideal de “mulheridade”, construído historicamente, centrado na maternidade e no papel de dona de casa, apresentado como um modelo universal, ignorou completamente a realidade das mulheres afro-diaspóricas e originárias, que há muito estavam envolvidas em trabalhos fora de casa, legado da violência colonial e escravocrata. Mulheres racializadas sempre trabalharam fora do lar para contribuir com a renda familiar, diferentemente das mulheres brancas, e seguem até hoje no front da exploração capitalista via trabalho reprodutivo.

Sendo assim, ressaltamos ao longo do texto, a urgência de reconhecer o racismo como um eixo articulador entre as relações de gênero e classe quando se pensa na exploração capitalista. Isto é, o trabalho, sob a lógica do patriarcado capitalista, além de ser gendricado, é, sobretudo, racializado. Foram verificadas, através, tanto de um arcabouço teórico, como de dados desagregados, hierarquias de trabalho articuladas via gênero e raça, as quais são as responsáveis pela marginalização e vulnerabilização de mulheres racializadas em maiores níveis que mulheres brancas.

Posto isso, pode-se concluir que relações produtivas e de gênero são profundamente influenciadas pelas relações raciais e suas hierarquias históricas. Através dos dados secundários pudemos observar que as mulheres negras são sobrerrepresentadas no trabalho doméstico assalariado (o qual rende os menores salários), na informalidade, nos arranjos monoparentais (os quais são considerados os mais vulneráveis), nos menores rendimentos, nos índices de pobreza, nos índices de violência<sup>50</sup> e estupro marital. Nas palavras de Sueli Carneiro (2019, p. 111): “E, quando a desigualdade de raça se alia com a de sexo, constrói-se um verdadeiro ‘matriarcado da miséria’, que é o que configura a experiência história de ser mulher negra na sociedade brasileira”.

Pudemos compreender, ao decorrer do trabalho, a maneira pela qual a

---

<sup>50</sup> BUENO, Samira *et. al.* **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. Sumário Executivo. 4 ed. Datafolha, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-sumario-executivo.pdf>>. Acesso em: 08/04/2024.

pobreza, no Brasil, é produzida e reproduzida por tensões históricas estruturais, sendo articulada pelo capital. Na atualidade, ela deriva de um processo de desmantelamento progressivo do Estado, do vínculo formal de trabalho e seu efeito coesivo, bem como da crescente privatização e mercantilização da vida, e da perda de força da solidariedade não mercantil, além da ausência de políticas públicas redistributivas e que sejam sensíveis às reais demandas da reprodução social. Tais aspectos incidem sobre as vidas das mulheres de maneira não proporcional, principalmente quando voltamos os olhos às relações raciais subjacentes às relações de gênero e de trabalho, gerando condições que limitam as capacidades e realizações, bem como o acesso ao gozo de direitos fundamentais, autonomia, segurança, saúde e bem-estar.

Em um último momento, dei voz às memórias de minha avó, por tanto tempo caladas, e que retratam uma vida totalmente esquadrihada pelo trabalho reprodutivo. Em seu relato pude verificar uma dimensão sociocultural do trabalho reprodutivo, através de falas que revelam em seu cerne uma naturalização da atribuição do papel reprodutivo à mulher, bem como a legitimação e internalização de violências e abusos. Tais condições expõem a face limitadora do trabalho reprodutivo como condicionante da pobreza, limitando o desenvolvimento pleno da condição humana entre as mulheres, o que está intrinsecamente relacionado ao seu desvalor perante à sociedade. Além disso, pude verificar ao longo do estudo a forma como minha avó teve que moldar sua subjetividade, durante toda a sua vida, às múltiplas jornadas de trabalho, culminando em um cenário de superexploração, o que a drenou emocional, psicológica e fisicamente.

Por isso, as respostas para as perguntas que postulei no início do trabalho não podem ser outras: a pobreza entre as mulheres percorre, imprescindivelmente, o campo reprodutivo, e é por ele condicionado. As mulheres têm, ao longo de toda sua vida, seu tempo usurpado pela jornada reprodutiva, o que as enclausura, não só à consolidação de uma subjetividade pautada pelas necessidades do outro, mas também à falta de tempo para dispor ao seu próprio desenvolvimento psíquico, emocional, educacional, profissional e, por fim, financeiro. As múltiplas dimensões que estão implicadas nas privações e ausências, as quais são experienciadas pelas

mulheres, caracterizam a forma pela qual elas enfrentam o fenômeno da pobreza, cujo engendramento se dá através das tensões de gênero, raça e trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ALVES, Clarissa Cecilia Ferreira. **O trabalho reprodutivo sob o capital: mulheres, classe e raça no trabalho doméstico e no cuidado**. Belo Horizonte: Letramento, 2021.

ARAÚJO, Clara; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. *In: Gênero, família e trabalho no Brasil*. 1. ed. Rio De Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 15–77.

BALTAR, Paulo Eduardo; LEONE, Eugenia; MAIA, Alexandre. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **ReEconomia e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 59–77, abr. 2010.

BANDEIRA, Lourdes. PEREIRA DE MELO, Hildete. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Santiago, Chile: Nações Unidas, jun. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/4f1b5ed9-fed9-47ad-8d4e-0b1815c92ef5/content>>. Acesso em: 15/03/2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod\\_resource/content/1/BARDIN\\_L\\_1977\\_Analise\\_de\\_conteudo\\_Lisboa\\_edicoes\\_70\\_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf)>. Acesso em: 22/03/2024.

BATISTELA, Clarissa ; VAZ, Ana. Pesquisa revela que 48,7% das famílias são chefiadas por mulheres: 'Mãe empreendedora', diz moradora de SC. **PORTAL G1, hg23 de janeiro de 2022**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/01/23/maes-empreendedoras-pesquisa-revela-que-487percent-das-familias-sao-chefiadas-por-mulheres.ghtml>>. Acesso em: 14/01/2024.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, p. 99-113, jan/jul, 2019.

BELANDI, Caio. Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012. **AGÊNCIA NOTÍCIAS IBGE, Rio de Janeiro, 02 de dez. de 2022**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>>. Acesso em: 14/01/2024.

BIROLI, Flavia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, v. 59, n. 3, p. 719–754, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 19 p. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 14/01/2024.

BRASIL. Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008. Dispõe sobre a prorrogação da licença maternidade para 180 dias mediante adesão das empresas ao Programa Empresa Cidadã. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 9 set. 2008. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11770-9-setembro-2008-580284-publicacaooriginal-103231-pl.html>>. Acesso em: 14/01/2024.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: Fundación Rosa Luxemburgo. **Momento de paro, tiempo de rebelión: miradas feministas para reinventar la rebelión**. 1 ed. Buenos Aires: Minervas ediciones, 2020. p. 113-134.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

\_\_\_\_\_. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2019.

\_\_\_\_\_. Gênero, raça e ascensão Social. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 544, 1995. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16472>>. Acesso em: 04/03/2024.

\_\_\_\_\_. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**. v. 17, n. 49, p.117-132, 2003.

Comissão aprova licença parental remunerada de 180 dias para mães e pais, inclusive adotivos. **AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, Brasília, 16 de dezembro 2022**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/929590-COMISSAO-APROVA-LICENCA-PARENTAL-REMUNERADA-DE-180-DIAS-PARA-MAES-E-PAIS,-INCLUSIVE-ADOTIVOS#:~:text=O%20direito%20C3%A9%20v%C3%A1lido%20a,5%20dias%20para%20o%20pai.>>> Acesso em: 02/01/2024.

CRESPO, Antônio;GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Revista RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, jul-dez, 2002.

DA SILVA SANTOS, Luciana; RIBEIRO STARLING DINIZ, Gláucia. Saúde mental de mulheres donas de casa: um olhar feminista-fenomenológico-existencial. **Revista de Psicologia Clínica**, v. 30, n. 1, p. 37–59, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEDECCA, Claudio. *et al.* Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 65–90, jun. 2009.

DELPHY, Christine.O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 99-119, maio-ago 2015.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Boletim Especial 8 de março Dia da mulher**. São Paulo: DIEESE, 2022.

DURÁN, María Ángeles. Uso del tiempo y trabajo no remunerado. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 18, p. 56–70, set. 2000.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1. ed. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

\_\_\_\_\_. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

\_\_\_\_\_. **O patriarcado do salário**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. v. 1.

FRANZONI, Juliana Martínez. **¿Arañando bienestar? Trabajo remunerado, protección social y familias en América Central**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

FEIJÓ, Janaína. Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos. **Portal FGV, São Paulo, 18 maio de 2023**. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos>>. Acesso em: 17/03/2024.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 139–156, 2002.

\_\_\_\_\_. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, n. 21, p. 24–41, jan. 2009.

\_\_\_\_\_. O Trabalho de Cuidado. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 53–64, set. 2016.

\_\_\_\_\_. GÊNERO, PATRIARCADO, TRABALHO E CLASSE. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, 13 jun. 2018.

\_\_\_\_\_; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 597–609, dez. 2007.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. 1 ed. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**. Brasília, DF: IBGE, 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Indicadores de chefia de família**. Brasília, DF: IPEA, 2015.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retratos das desigualdades de gênero e raça**. Brasília, DF: IPEA, 2015.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. No. 9, p. 73-101, julio-diciembre. 2008. Bogotá: Instituto Liberal, 1995.

MACHADO, Cecília; PINHO NETO, Valdemar. **The Labor Market Effects of Maternity Leave Extension**. Think Tank FGV, 2016.

MCNALLY, David. Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. *In: Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*, org. Thiti Bhattacharya; trad. Julianna Penna. São Paulo: Elefante, 2023. p. 155-181.

MEILLASSOUX, Claude. **Mujeres, graneros y capitales: economía doméstica y capitalismo**. [s.l.]: Lectulandía, 2013.

MOHANDESI, Salar; TEITELMAN, Emma. “Sem Reservas”. *In: Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*, org. Thiti Bhattacharya; trad. Julianna Penna. São Paulo: Elefante, 2023. p. 71-119.

MONTALI, Lilian. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. **Revista Brasileira de Estudo de População**, São Paulo, x. 23, n. 2, pp. 223-245, jul/dez 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/BNXvvtSWSqnn4vdJLsL8Rqz/?lang=pt>>. Acesso em: 11/12/2023.

Mulheres chefiam 50,8% dos lares, mas ganham menos e sofrem mais com desemprego. **Portal CUT, São Paulo, 6 de março de 2022**. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/mulheres-chefiam-50-8-dos-lares-mas-ganham-menos-e-sofrem-mais-com-desemprego-7bd4>>. Acesso em: 14/01/2023.

Mulheres estudam mais no Brasil, mas têm renda 41,5% menor que homens, diz ONU. **Portal G1, 9 de dez. de 2019**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/mulheres-estudam-mais-no-brasil-mas-tem-renda-415percent-menor-que-homens-diz-onu.ghtml>> Acesso: 14/01/2024.

NASCIMENTO, Beatriz. “**A mulher negra e o amor**”; *In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org)*. Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto. São Paulo: Bazar do tempo, 2019. p. 259 - 270.

OYĔWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Trad. Nascimento, Wanderson Flor do. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022**. Nova Iorque: 2022. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22overviewpt1pdf.pdf>> Acesso: 14/01/2024.

Renda das mulheres é 42,7% menor que a dos homens, diz Pnud. **AGÊNCIA BRASIL, Brasília, 14 de set. de 2018**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/renda-das-mulheres-e-427-menor-que-dos-homens-diz-pnud>>. Acesso em: 14/01/2024.

SAFFIOTTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SEGATO, Rita. Patriarcado: del borde al centro. Disciplina, territorialidad, y

crueldad en la fase apocalíptica del capital. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficante de sueños, 2016. p. 91-108.

SERAFINI, Verónica. **La liberalización Económica y sus Efectos en Paraguay**. 1a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.

TOUSSAINT, Éric. **La Bolsa o la vida**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

TRUTH, Sojourner. **“Ain’t I Woman?”**. Speech Delivered at Ohio Women’s Rights Convention, May, 1851.

United Nations Development Programme (UNDP) ; United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN WOMEN). **The paths to equal : Twin índices on women’s empowerment and gender equality**. New York: 2023.

Disponível em:

<<https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdp-document/pathsequal2023pdf.pdf>>

. Acesso em: 14/01/2024.



## ANEXOS

## ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome da entrevistada: Ilza de Oliveira Paiano

### **Bloco I: Perguntas introdutórias**

1. Você poderia me contar como foi sua vinda à região de Foz do Iguaçu?
2. Onde e quando você nasceu?
3. Você poderia me contar um pouco da sua infância? Como foi sua criação? Como era sua família?
4. Com quantos anos você se casou? Quanto tempo durou esse casamento?
5. Quantos filhos você teve?
6. Com quantos anos teve seu primeiro filho?
7. Você poderia me contar um pouco das principais mudanças na sua rotina de vida após casar e ter filhos?

### **Bloco II: Jornadas múltiplas e divisão sexual**

1. Com quantos anos começou a trabalhar no mercado formal de trabalho?
2. Qual era sua ocupação?
3. Você trabalhava quantas horas em média por dia?
4. Quem realizava os afazeres dentro do lar? (criação dos filhos, limpeza da casa, preparo de refeições). Você pode me contar como era a sua rotina no trabalho e no trabalho da casa?
5. Como você se sentia com tantas tarefas? Você sentia que sua saúde foi afetada com tantas demandas?
6. Seu cônjuge trabalhava no mercado formal?
7. Como era a participação do seu cônjuge nas tarefas domésticas?
8. Você contava com ajuda de outras pessoas além da sua família mais nuclear?
9. Como era sua relação com seu cônjuge? (jornada afetiva e sexual). Você lembra o que gostava e o que não gostava na relação de vocês? Poderia me contar?
10. Olhando hoje para trás, o que gostaria que tivesse sido diferente em relação a

sua rotina de trabalho, tanto dentro, quanto fora de casa?

### **Bloco III: Rendimentos e pobreza**

1. Como era a participação do seu cônjuge no rendimento familiar?
2. Em média quantos cruzeiros por mês você ganhava?
3. Você e seus dependentes tinham acesso à saúde?
4. Me conte um pouco: como você e seus dependentes viveram em relação à alimentação? Já passaram por situações de insegurança alimentar?
5. Você e seus dependentes tiveram acesso à educação? Se sim, até que nível escolar? Como foi o acesso e permanência?
6. Você pode me contar como eram seus sentimentos em relação a organização financeira da casa? Você se sentia muito sobrecarregada?
7. Você sentia que você conseguia acessar as políticas? Sentia que as políticas contemplavam você e sua família?
8. Vó, você teve um período de inserção profissional durante a ditadura? Como foi esse período politicamente pra ti? Você sentia que tinha voz política?
9. A sua família já passou por situações de risco por falta de segurança e políticas públicas?

### **Bloco IV: Percepções e encerramento**

1. Como você imagina sua vida de agora em diante? O que deseja para o seu cotidiano de trabalho e de vida?
2. Vó, tem alguma coisa que eu não lhe perguntei mas você acha que é importante de contar
3. Como você imagina sua vida de agora em diante? O que deseja para o seu cotidiano de trabalho e de vida?